



ATA NÚMERO 1

SESSÃO ORDINÁRIA DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu, em sessão ordinária, pelas dezassete horas, no Pavilhão Municipal de Amarante. A Mesa da Assembleia Municipal foi constituída por: Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, Carlos Marques da Silva Macedo e Sara Moreira Machado respectivamente Presidente e Secretários.

A Câmara Municipal fez-se representar por: José Luís Gaspar Jorge, Hugo Miguel Costa Carvalho, António Jorge Vieira Ricardo, Ana Rita Brochado Marinho Bastos Baptista, Adriano Teixeira dos Santos, Sílvia Isabel Brochado Araújo, António Manuel Pinto Ribeiro e Carlos Manuel Azevedo Pereira, respetivamente Presidente da Câmara e Vereadores.

Feita a chamada verificou-se que estavam presentes os senhores:

Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, Alexandra Gabriela Almeida Bento Pinto, Eugénia Margarida Pinto Soares Vieira, Ercília Gonçalves Costa, António Ferreira Soares Araújo, **Maria de Lurdes Teixeira Coelho**, João Carlos Santos Leite, Nuno Miguel Sousa Queirós, Amélia Oliveira, Sara Maia, André Costa Magalhães, Carlos António da Silva Carvalho, Torcato Fernando Carvalho Ferreira, Sara Moreira Machado, Hugo Jorge Carvalho Peixoto, Vítor Manuel Briga Rei, **Pedro Manuel Pinto Ribeiro**, Carlos Alberto Miranda, Rui Pedro Barreira Morais, Maria Helena Teixeira Ribeiro Portela, José Joaquim Magalhães Teixeira, Estefânio Cirilo Sousa Pinto, Carlos Marques da Silva Macedo, Ana Margarida Fernandes Carvalho, Francisca Oliveira Teixeira Alves dos Santos, José Augusto Oliveira Araújo e Zita Graça Teixeira Pereira.

Estavam também presentes os Presidentes de Junta de Freguesia de:

ANSIÃES – António Fonseca Brandão
CANDEMIL – Ana Sofia Marinho Briga
FREGIM – Sandra Castro Fraga
FRIDÃO – Cristina da Conceição Marinho Gonçalves de Queirós
GONDAR – Hugo Vaz
GOUVEIA S. SIMÃO – Joaquim de Oliveira
JAZENTE – Daniela Conceição Teixeira Ribeiro
LOMBA – José Filipe de Jesus Carvalho
LOUREDO – António Jorge Barbosa Torres
LUFREI – António Alexandrino Ferreira de Magalhães
MANCELOS – Ricardo Samuel Teixeira Alves
PADRONELO – Armando Coimbra

REBORDELO – Cláudia Daniela Mota e Silva
SALVADOR – Pedro Davide Leite Fernandes
TELÕES – Ivone Sofia Pinto Ribeiro
TRAVANCA – Fernando José Teixeira da Cunha
VILA CAÍZ – José António Pereira Ferreira
VILA CHÃ DO MARÃO – Rui Filipe Silva Coelho
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ABOADELA, SANCHE E VÁRZEA – Henrique Monteiro
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE S. GONÇALO, MADALENA, CEPELOS E GATÃO
Américo Paulo da Silva Ribeiro
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BUSTELO, CARNEIRO E CARVALHO DE REI –
Ângelo Magalhães
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FIGUEIRÓ SANTIAGO E FIGUEIRÓ STA.
CRISTINA – Daniel Pinheiro
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FREIXO DE CIMA E FREIXO DE BAIXO –Alfredo
Carvalho
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OLO E CANADELO – Marta Inês Ribeiro Marinho
da Costa
FREGUESIA DE VILA MEÃ – Lino dos Santos Macedo
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILA GARCIA, ABOÍM E CHAPA – António
Cândido Alves Pinheiro.

Pediram a substituição e/ou justificaram a respetiva falta os senhores Deputados: Cândido Zoio, que foi substituído por Maria de Lurdes Teixeira Coelho, e Simone Guedes de Oliveira, substituída por Pedro Manuel Pinto Ribeiro. De acordo com a lei e com o Regimento da Assembleia Municipal de Amarante um e outro tomaram posse como membros da Assembleia. Foi ainda empossado como membro da Assembleia o senhor deputado Carlos António da Silva Carvalho, que não o havia feito no passado dia 17 de outubro. .

Feita a chamada e verificada a existência de quórum, deu-se início aos trabalhos com a análise e discussão das atas das reuniões de 26 de junho de 2021 e a de 17 de outubro.

Relativamente às atas, nenhum senhor deputado se inscreveu para usar da palavra e por isso, o senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu-as de imediato à votação. Assim, a ata de 26 de junho foi votada com trinta e três votos a favor, zero abstenções e zero votos contra. Não votaram esta ata, por não terem estado presentes na referida reunião e/ou não fazerem parte como membros da Assembleia Municipal no mandato anterior os senhores deputados: Alexandra Gabriela Almeida Bento Pinto, Erçília Gonçalves Costa, Maria de Lurdes Teixeira Coelho, João Carlos Santos Leite, Nuno Miguel Sousa Queirós, André Costa Magalhães, Carlos António da Silva Carvalho, Torcato Fernando Carvalho Ferreira, Hugo Jorge Carvalho Peixoto, Rui Pedro Barreira Morais, Ana Margarida Fernandes Carvalho e Francisca Oliveira Teixeira Alves dos Santos.

A ata da reunião de 17 de outubro, foi votada com quarenta e cinco votos a favor, zero abstenções e zero votos contra. Não a votaram por não terem estado presentes

nem serem membros efetivos da Assembleia Municipal, os senhores Maria de Lurdes Teixeira Coelho e Pedro Manuel Pinto Ribeiro.

As atas acima referidas foram ainda votadas em minuta por Unanimidade, para poderem produzir efeitos imediatos.

Seguidamente foi lido um documento subscrito pelos senhores deputados do CDS/PP do seguinte teor: "Os eleitos ao órgão que V. Excia Preside nas listas pela Coligação afirmar Amarante, vêm nos termos e para os efeitos do Artigo 46-B da lei 169/99 de 18 de setembro, declarar que pretendem associar-se para efeitos de constituição de Grupo Municipal como Grupo do CDS/PP.

Comunicam ainda, que a direção do Grupo do CDS/PP é dirigida pelo Exmo. Sr. Dr. João Carlos dos Santos Leite".

Foi também lido um documento subscrito pelo senhor António Jorge Vieira Ricardo que a seguir se transcreve na íntegra: "ANTONIO JORGE VIEIRA RICARDO, na sequência da nomeação, conforme despacho de 18 de outubro de 2021, como Vereador em regime de permanência e tempo inteiro, vem, para cumprimento do disposto no artigo 3º, nº 1 do estatuto dos Eleitos Locais, dar conhecimento a Vossa Excelência do teor do requerimento que nesta data remeteu ao senhor Presidente da Câmara, a comunicar, para efeitos do artigo 7º, nº 1, alínea b) do referido diploma, a acumulação continuada de funções privadas com as funções de Vereador em regime de permanência a tempo inteiro.

Nestes termos, requer o registo do presente e que do teor do mesmo seja dado conhecimento à Assembleia Municipal de Amarante".

O senhor Presidente continuou a reunião dizendo que enquanto não for aprovado um novo regimento, os trabalhos serão conduzidos tendo em conta o regimento agora em vigor. Mais à frente, no período da ordem do dia será então aprovado um novo regimento. Disse ainda que por proposta da Dra. Ercília Costa, os pontos da Ordem de Trabalhos, números 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20, ou seja, os pontos em que vão haver votações, serão tratados depois dos quatro pontos que constam do Edital de Aditamento a esta reunião. Assim, o ponto que nós temos como sendo o ponto número 21, passaria a ser o ponto nº 14. O ponto que temos como número 22, seria o ponto número 15. O ponto que temos como número 23, seria o ponto número 16. O ponto que temos como número 24, seria o ponto número 17. A partir daí, os pontos números 19, 20, 21, 22, 23, e 24 passam a ser pontos de eleições. Como toda a Assembleia concordou com a proposta, ficou a ser essa ordem de trabalhos.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

JOSÉ JOAQUIM MAGALHÃES TEIXEIRA – PS

No uso da palavra disse: "Para além do cumprimento habitual, quero endereçar na sua pessoa, um cumprimento democrático à coligação " Afimar Amarante", pela Vitória obtida no último ato eleitoral autárquico realizado em Setembro de 2021.

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal - Dr. Pedro Cunha;

- Nesta primeira reunião de início de um novo mandato, desejo que os trabalhos decorram de forma civilizada e urbana, de acordo com o acontecido nos anteriores mandatos, e próprio de um concelho com tradições profundamente democráticas e liberais.

Agora, em discurso direto, aproveitando a oportunidade de antes da ordem do dia, quero colocar três questões objetivas e uma recomendação a si, senhor Presidente da Câmara, esperando da sua parte respostas concretas aos assuntos que vou abordar:

1. O parque de estacionamento do Queimado e a sua zona envolvente apresenta uma iluminação pública muito deficitária, o que causa alguns transtornos ao nível da segurança para quem usa o arruamento, o parque e o terminal de autocarros.

Solicito ao senhor Presidente da Câmara, que tome boa nota desta dificuldade existente nesta zona da cidade de Amarante. E que resolva a mesma no mais curto espaço de tempo possível.

2. Volvidos oito anos, ainda não foi possível concretizar uma decisão para solucionar o funcionamento ou destino a dar ao edifício do antigo Apeadeiro da Estação de Gatão. Para quando a solução deste problema?

3. No lugar da Torre junto às Azenhas tem-se vindo a sentir, há algumas semanas a esta parte, um cheiro nauseabundo, oriundo provavelmente de uma caixa de esgoto. Este cheiro mesmo de inverno é muito intenso, se fosse no verão seria insuportável.

Solicito a Vossa Exa. os bons ofícios no sentido de resolver a situação aqui apresentada o mais rápido possível.

4. O Partido Socialista constatou que ao longo dos dois últimos mandatos, a Câmara Municipal de Amarante, tem vindo atribuir subsídios às comissões de Fábrica para o restauro e obras de manutenção de Igrejas, Capelas, e Casas Paroquiais.

A República Portuguesa enquanto estado é LAICO, por isso, é nosso entendimento que o Município de Amarante deve dar um tratamento e oportunidades iguais a todos os credos e religiões de beneficiarem deste tipo de apoios.

Estes subsídios são atribuídos sem qualquer critério, dependendo da vontade política do executivo e da sua disponibilidade financeira.

É recomendável que o atual Executivo camarário, neste início de mandato, elabore e aprove um regulamento que discipline a forma de atribuir este tipo de subsídios através de pedidos de apoio adequadamente instruídos

TORCATO FERREIRA – PS

No uso da palavra disse: “Começo por desejar ao senhor Presidente da Assembleia e a todos os presentes um bom mandato e que esta Assembleia Municipal se traduza naquilo para a qual existe que é defender os interesses de Amarante. Tenho três ou quatro questões que gostaria de colocar ao senhor Presidente da Câmara, que me parecem relevantes e também para de alguma forma constituir aqui um alerta para a Câmara Municipal. A primeira questão que coloco ao senhor Presidente da Câmara, prende-se com a estratégia local da habitação. A estratégia local de habitação foi aprovada nesta Assembleia Municipal, na reunião de abril de 2021, e não vou fazer nesta fase nenhuns considerandos dos méritos ou deméritos dessa estratégia local de habitação, mas o que é certo é que os passos seguintes que deveriam ter sido tomados após essa aprovação seriam a contratualização e a validação dessa mesma estratégia por parte do IRHU, e a seguir a contratualização por parte do IRHU do primeiro direito

para poder aceder aos financiamentos e aproveitar esta política de habitação, que não é só uma política de apoio aos mais desfavorecidos, mas também é uma verdadeira ferramenta de regulação do mercado de habitação no concelho de Amarante. Ora, passados oito meses, percebemos que a estratégia local de habitação em Amarante é a única do distrito do Porto que ainda não foi aprovada. Foi dito recentemente pelo senhor Ministro das Infra-estruturas, que no distrito do Porto só faltava ver aprovada a estratégia local de habitação de Amarante. Com isso, atrasa também o plano de ação e a concretização do primeiro direito que tem um horizonte temporal até 2026 e, portanto, quanto maior o atraso menos tempo temos para implementar estas medidas. Agrava-se ainda mais com o facto de neste momento termos a perspetiva no âmbito do PRR de que o financiamento existente para as políticas que podem ser lançadas no âmbito da estratégia local de habitação serem financiadas a 100%, ou seja, o que será contratualizado com o IRHU no âmbito do primeiro direito andar à volta dos 60% de financiamento. Ora, a perspetiva seguinte será a de que a contrapartida restante possa ser financiada pelo PRR. Se o PRR só financia até ao máximo de 26.000 casas no país e já estão contratualizadas pelo IRHU mais de 36.000, isto leva-nos a pensar que quem vai em último mais dificuldades terá em poder recorrer ao financiamento. A questão que lhe coloco é esta – o que é se passa para que Amarante seja a última do distrito do Porto a ver a sua estratégia aprovada. Quero também dizer-lhe que Penafiel e a Maia foram dos primeiros municípios do país a verem aprovadas as suas estratégias locais de habitação. Outros, mesmo tendo visto aprovadas as candidaturas há pouco tempo, alteraram as premissas tendo em conta esta possibilidade do PRR apoiar o restante que não é financiado no primeiro direito. Podíamos atrasar isto por forma a poder fazer já a candidatura para termos a totalidade do financiamento, mas parece-me que não foi isso que aconteceu em Amarante.

A segunda questão prende-se com a Carta Desportiva que foi aprovada no dia 6 de dezembro deste ano, em reunião de Câmara com o voto contra do Partido Socialista, que produziu uma declaração de voto, da qual não me vou pronunciar. Este documento já foi publicitado na página oficial do município, dando a entender que Amarante já tem "uma Carta Desportiva, um instrumento de planeamento que permite detetar e estudar as carências e assimetrias das infra-estruturas desportivas". Acabei de ler o texto que dá corpo à publicação nas redes sociais do município. Na deliberação que foi produzida na reunião de Câmara termina com o seguinte texto "devendo a mesma ser devidamente divulgada e publicitada". Senhor Presidente da Câmara, um documento estratégico que o município produz e aprova na Câmara Municipal, é um documento que tem de ser sujeito à discussão pública e tem de ser aprovado na Assembleia Municipal. Ora, este documento nem foi colocado à discussão pública, nem foi aprovado por esta Assembleia. Logo, o documento é nulo e não produz qualquer efeito. Portanto, não podemos divulgar coisas que não existem. A Câmara anda a divulgar uma carta desportiva que neste momento não existe, que é nulo".

ANTÓNIO ARAUJO – PSD

No uso da palavra disse: "Eu não estava para vir cá, mas não posso deixar que logo desde o início venha esta narrativa. Uma narrativa que já vem do último mandato, mas que eu julgava que ia mudar neste novo mandato, mas não mudou. Meus senho-

res, para mim, Amarante é a melhor terra do mundo. Não me venham cá com a narrativa que os outros já fizeram isto e aquilo. Amarante é a melhor terra do mundo e se outros fizeram, nós também havemos de fazer. Se não fizermos provavelmente teremos justificação para isso. A dinâmica agora não é como no tempo do senhor deputado Torcato Ferreira. A dinâmica agora é diferente. Já se viu, durante muitos anos, que há uma nova dinâmica. Não me venham cá com a história de que o que é dos outros é que é melhor, porque já percebemos que se a cor política da Câmara for diferente da nossa é sempre tudo melhor. Nós já fazemos melhor do que eles e vamos continuar a fazê-lo. Essa narrativa para mim não, como também não passou para os Amarantinos e também não vai continuar a passar.

Já agora permitam-me saudar o regresso de alguns senhores deputados a esta Assembleia e em particular o senhor deputado Torcato Ferreira e a senhora deputada Ercília Costa. Todas as poucas intervenções que eu aqui possa fazer, não serão de cariz pessoal algum, porque são apenas intervenções políticas, mas não posso de deixar de dizer que o senhor deputado Torcato Ferreira, já veio aqui fazer de juiz, quando disse que a Carta Educativa já é nula. Deita os foguetes e apanha as canas, senhor deputado, se é nulo, apresente uma declaração de nulidade no Tribunal Administrativo. A política, não é jurídica. Aqui não se discute se é nulo ou não. Aqui, discute-se a pertinência, a conveniência, se é bom para Amarante. Se acha que é nulo, é noutro lado que tem de argumentar e como sabe esse lugar é o Tribunal Administrativo”.

ERCÍLIA COSTA – PS

No uso da palavra disse: “Tenho que reconhecer que estou um pouco estarecida. Então o senhor Dr. Araújo vem aqui dizer que não admite a narrativa dos deputados do PS. Em democracia o senhor terá a sua narrativa e nós teremos a nossa. Há uma coisa que vai perceber certamente. Não é por ter esse tipo de discurso que nos vai silenciar, antes pelo contrário. Nós estamos aqui precisamente para expressar as nossas opiniões e o senhor deputado lá terá as suas e se assim o entender poderá a seguir vir contestá-las.

Aproveito também esta minha intervenção para colocar algumas questões. No dia 3 de agosto, o senhor Presidente da Câmara fez uma proposta apressada de uma prenda de aniversário para os bombeiros voluntários de Amarante. Foi deliberado atribuir 100.000 euros, para supostamente adquirirem um terreno, que suponho possa ser em Geraldês, porque não está referenciado. Nessa mesma reunião o Vereador do PS apresentou uma proposta de adiamento, visto não haver qualquer relatório da avaliação dos terrenos. Volvido este tempo, pergunto à Câmara, na pessoa do senhor Presidente, se já há um relatório de avaliação do terreno, se já há algum projeto, relativamente ao espaço e à organização desse mesmo espaço e se não há, gostaríamos de saber para quando é que isso está previsto? É de facto preocupante ver que um montante com esse valor não tenha por base qualquer documento que possa levar a essa deliberação.

Gostaria também de falar aqui da intervenção que decorreu no rio. Segundo consta no departamento do ambiente trata-se da reabilitação fluvial e contenção das cheias e agora aqui vou fazer a minha narrativa, senhor Dr. Araújo, para lhe dizer que de facto aquela intervenção é um virar de costas para o espaço natural, porque não se justifica

que todo o percurso esteja com um piso que não tenha terra. Eu fiz caminhadas na pista de Formão/Rota dos Castanheiros durante anos e agora, não consigo caminhar lá, por vários motivos.

Gostaria de saber o que se passa em relação às margens do Tâmega nomeadamente entre a zona da ponte de S. Gonçalo e a zona do Parque Florestal, porque vejo aquelas margens com pedra e rede. Vai ficar assim?

Por último, quero dizer que estive a consultar a ata de dezembro onde se diz que foram designados os representantes para os Conselhos Gerais das várias escolas/agrupamentos de escolas de Amarante e não vou deixar aqui de manifestar o meu desacordo, porque não tenho de concordar, mas quero lembrar que no tempo do PS era sempre designado um Presidente de Junta que não fosse do PS. Era essa a nossa visão de democracia. Lamento que ainda não se conheça a designação das escolas. Eu vejo escrito escola secundária 2/3 de Amarante. Essa designação não existe. A escola secundária de Amarante é ESA há muitos anos. A portaria que publica a rede de escolas é anual e por isso é uma questão de ir lá consultar. Aliás, também já não é designação há muitos anos a escola básica 2/3, mas sim e apenas escola básica. É bom que haja aqui algum rigor até porque isso depois faz parte da história do município.

Finalmente e porque estamos na época de natal e é esta a minha visão das coisas, gostaria que aquela iluminação da ponte de S. Gonçalo dignificasse o espaço. Não é o que acontece. A iluminação que lá está até pode ser muito bonita, mas tapa aquilo que é de mais grandioso na nossa cidade. Eu gostava de lá ver uma iluminação que dignificasse todo aquele espaço. Esse é o meu desejo para este natal".

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse: "Isto estava a ficar muito morno. Eu penso que a senhora deputada falou no Trilho da Azenhas e nunca pensei ouvir o que ouvi. Eu não disse que não aceitava a narrativa do Partido Socialista, pelo contrário. Os senhores têm a narrativa que quiserem. Eu disse que é a mesma narrativa que sempre tiveram. Eu é que não concordo com ela, mas tenho de a aceitar como é evidente. Aliás, a senhora deputada como é evidente, não me dá a mim nem a ninguém aqui, julgo eu, lições de democracia. Nem pode dar. Eu lembro-me que em 2009 a senhora deputada votou contra o facto de o senhor Presidente ter a dado a palavra a um Vereador para falar. Em 2009 a senhora também disse aqui, nesta Assembleia, que os deputados usavam muito a figura de defesa da honra. Eu isso não vou fazer, porque acho que os senhores deputados tem o direito de fazerem o que quiserem e falarem o que quiserem, e etc. E depois já vi qual vai ser a atitude – está tudo mal. Quanto às escolas, parece-me que o que está mal é a ausência de professores. Quanto à parte das nomeações que a senhora falou, pensei que, e estava a falar das nomeações, que são feitas aí pelo país fora e mesmo aqui em Amarante, a nível local, pensei que a senhora ia falar das nomeações feitas pelo seu governo, mas disso não fala. E não venho cá mais porque se não isto não acaba".

TORCATO FERREIRA – PS

No uso da palavra disse: "Se para o Partido Socialista está tudo mal, parece que para o senhor Dr. Araújo em Amarante, está tudo bem. Não há nada que se possa reparar, não há nada que se possa melhorar, e parece que somos exemplo para tudo e mais alguma coisa. E não percebeu sequer o alcance das minhas palavras na minha primeira intervenção. Aquilo que eu aqui vim falar, quer no que diz respeito à Carta Desportiva, quer na Estratégia Local de Habitação, fosse entendido não como uma crítica, mas essencialmente como um alerta. Mas diga-me uma coisa Dr. Araújo, no seguimento daquilo que veio aqui dizer que "afinal o que interessa é fazer" e se assim não entenderem, podíamos ir para o tribunal pedir a nulidade. Não é bem assim, porque não é nossa obrigação cumprir e fazer cumprir a lei? O senhor é advogado e sabe muito bem que é preciso cumprir e fazer cumprir a lei. E não temos de nos reger pelas regras que estão estipuladas no âmbito da administração pública? Relativamente a este argumento, nem quero fazer mais comentários para não ser deselegante. Mas em todo o caso, será que a discussão pública não é um instrumento importante da auscultação daqueles que são os interessados, das pessoas que querem intervir, das associações, de todos os intervenientes que possam ter alguma palavra a dizer sobre aquele que é um documento importantíssimo para o desenvolvimento desportivo do concelho. Então, isto também não interessa para nada? Pelos vistos, o que importa é fazer um documento, mas que não se cumpram as regras, nem que se aprove nos órgãos devidos, porque o que interessa é andar. Mas não é assim que deve ser. Já agora, deixe-me dizer-lhe que a alínea h) do nº 1 do artigo 25º da lei 75/2013 diz o seguinte: "competete à Assembleia Municipal aprovar os planos e demais instrumentos estratégicos necessários à prossecução dos interesses e atribuições do município. É isso que nós estamos aqui a fazer e é isso que nós temos que fazer".

ANTÓNIO ARAUJO – PSD

No uso da palavra disse: "Agora é mesmo a última vez que cá venho, mas também não quero que o senhor deputado Torcato, fique com a última palavra. Eu aqui não sou advogado. Eu aqui sou membro da assembleia, como senhor deputado também o é. Eu tenho de discutir conforme as circunstâncias e compete-me enquanto membro da Assembleia fiscalizar a ação política da Câmara de acordo com a conveniência e a pertinência. Se houver problemas legais, que pode haver, não é este o fórum. Aliás, o senhor deputado não tem capacidade técnica para vir aqui dizer que é nulo, porque quem decide se é nulo ou não, é o tribunal e o juiz. Foi isso que eu quis dizer, mas o senhor deputado pode dizer o que lhe apetecer, o que é evidente. Tem de haver aqui separação entre o poder político e o jurídico". Esta foi mesmo a minha última vinda a este púlpito".

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, foi a mesma dada ao senhor Presidente da Câmara.

JOSÉ LUÍS GASPARGORGE – PRESIDENTE DA CAMARA

Em resposta às questões que anteriormente lhe foram colocadas disse: "Relativamente a algumas das questões que me foram colocadas e de forma muito sucinta quero dizer-vos que relativamente ao parque de estacionamento do Queimado, é verdade que não tem iluminação, mas neste momento estamos a testar iluminação foto-

voltaica no parque de estacionamento da Avenida Alexandre Herculano para ver se resulta e no Trilho das Azenhas e em princípio, será uma das soluções que os técnicos me apresentaram para o parque do Queimado. O parque, como sabem está já construído há muito tempo, e estávamos a tentar negociar uma pequena parcela de terreno, que não sendo nossa nos impede de crescer e ampliar o parque de estacionamento. O processo de aquisição está mais ou menos negociado, mas o proprietário ainda não tomou a decisão final. É nosso propósito fazer infra-estrutura de base porque não tem. A reclamação que o senhor deputado acabou de fazer já é do nosso conhecimento e sabemos que por uma questão de segurança temos de colocar ali quanto antes iluminação fotovoltaica.

Relativamente ao apeadeiro de Gatão, temos já um parceiro que irá connosco ajudar a desenvolver aquele equipamento, que neste caso é o Aventura Marão Clube. Este acordo, vai à próxima reunião de Câmara e julgo que teremos luz verde para ativar aquele espaço. Concordo que perca por tardia, mas penso que agora avançará.

Relativamente à caixa de esgoto não tenho conhecimento, mas irei averiguar o que se passa.

Quanto ao regulamento para subsídios, acho que se calhar merece alguma reflexão, porque estamos a atribuir subsídios públicos e porque não nesta altura refletir um pouco sobre isso e por isso agradeço a sua sugestão.

Relativamente à questão colocada pelo senhor deputado Torcato, relativa à estratégia local de habitação, deparei das suas palavras que urge que esteja feita e seguramente não quis seguramente dar nenhuma piada de que não houvesse capacidade por parte desta Câmara de poder avançar com isto. Não é o facto de ter dito que é o último concelho do distrito do Porto que me leva a pensar que tenha estado a fazer pida com o assunto, até porque conhece bem a casa e certamente não se ia atrever a dizer isso. Da nossa parte e em tempo útil, juntamente com empresas especializadas que trabalharam com Amarante e com outros concelhos, foi-nos apresentada e discutida e teve todos os trâmites normais. É verdade que houve depois todo um período eleitoral, mas foi certamente isso que atrasou a assinatura do contrato. Foram-nos entretanto, colocadas algumas questões, que foram reportadas, mas é verdade que desde 16 de novembro não houve mais nenhuma questão. Acredito que brevemente seremos contactados para assinar o protocolo. Foi um processo normal, é verdade que com algum atraso, atraso esse não provocado pelo desempenho dos técnicos da Câmara, nem da empresa que nos prestou assessoria. Portanto, dentro em breve, acredito eu iremos ter resposta favorável àquilo que é a nossa pretensão.

Relativamente à Carta Desportiva, não me custa nada admitir que em termos de comunicação possa haver aqui algum excesso até porque o documento que é apresentado pretende ser o ponto de partida em termos de diagnóstico daquilo que existe. Se é bom ou se é mau, é um diagnóstico. Todos os equipamentos que estão no território de Amarante, com uso ou sem uso, com mais ou menos qualidade, com deficiências em termos estruturais ou não, fazem parte da "fotografia" que se tirou àquilo que existe e tentar perceber que os usa. Depois de feito este diagnóstico cegamos à conclusão que Amarante tem de repensar um plano, que aí sim terá de ir a discussão pública e a todos os órgãos para ser aprovado. Há coisas que são banais, mas alguns dos equipamentos merecem da nossa parte uma reflexão porque uma coisa que esse diagnóstico

também nos diz, é que a maioria dos equipamentos é utilizado pelo sexo masculino e não tanto pelo feminino, o que quer dizer que a estratégia está errada. Temos de ter equipamentos que possam ser usados por todos. Numa recente recuperação de dois polivalentes, um em Sanche e outro em Padronelo, já tivemos o cuidado de que o piso ali colocado fosse "multiusos" ou seja; que dê para o futebol que é o que mais se pratica e ao mesmo tempo dê para o ténis, para o basketball, etc. Já tivemos esse cuidado, embora nem toda a gente concorde, mas também é um teste que estamos a fazer. Em resumo: a Carta Desportiva é um diagnóstico e inclui aquilo que será o plano estratégico relativamente ao desporto e vai seguir toda a tramitação normal e também vou querer o apoio de todos aqueles que possam contribuir para podermos ter um plano bem feito e que sirva os interesses dos Amarantinos.

Quanto aos Bombeiros Voluntários de Amarante, eu que conheço as entidades como seja a CERCI, os Bombeiros, etc. quero acreditar que quando vêm falar conosco me apresentam coisas bem fundamentadas com conta peso e medida. Não tenho por norma desconfiar nem fazer interpretações como aquela que acabou aqui de ser feita dando a entender que estou aqui a desconfiar dessas entidades. Não foi à pressa. Foi a pedido dos bombeiros para sermos parceiros, como no passado foi feito em Vila Meã e ser feito também em Amarante e vai ser feito em Amarante. Tive recentemente uma reunião com um elemento da direção que me pediu para que refletíssemos. No início de janeiro iremos tentar avaliar e ver se vão ser os bombeiros a comprar, ou se será a Câmara. Uma coisa é certa, os bombeiros precisam de umas novas instalações e a Câmara Municipal de Amarante estará ao lado dos bombeiros como é seu dever, como estive no passado ao lado dos bombeiros voluntários de Vila Meã para que venham a ter umas instalações condignas. Não podemos olhar para os bombeiros só quando nos interessa e dizer que eles são uns heróis. Eles têm de ser heróis 365 dias por ano. Da minha parte, eu continuo a ter para com os bombeiros voluntários de Amarante um apreço muito grande, assim como com todos os bombeiros voluntários do país.

Relativamente à intervenção do rio, não vou entrar em grandes considerações porque eu percebo que isto incomoda alguns, que agrada a outros, que traga felicidade a muitos e algum desgosto para alguns. A única coisa que eu posso dizer é que esta candidatura foi apadrinhada por várias entidades locais e nacionais e que têm obviamente a aprovação da APA, do POSEUR. Deixem-me dizer-lhe que eu tenho orgulho nesta obra e noutras que se seguirão, relativamente à reabilitação de zonas ribeirinhas. Irei continuar. Se gostam do piso ou não, isso aí é outra história. Há uma coisa que eu sei. Sei que não podemos andar todos os dias quando vem uma chuvada a gastar dinheiro. Foi colocado saibro compactado com ligante permitindo que haja drenagem e permitindo que não desfaça à primeira chuvada que haja. Se gostam ou não gostam, é um assunto que não vou discutir nem é a mim que me compete discutir, mas sim aos técnicos que fizeram o projeto e eu pessoalmente acho que é uma boa solução. A senhora deputada sabe, porque eu sei que sabe, que a obra entre a ponte velha e a zona da florestal é um projeto e uma obra das Águas do Norte, projeto que não entrou na Câmara mas que obviamente teve o parecer favorável da APA. Eu só posso dizer que a Câmara ainda interveio porque houve ali algum exagero na intervenção que estava a ser feita, nomeadamente no que diz respeito ao corte das árvores. Os nossos técnicos

ainda conseguiram ir a tempo, por forma a minimizar o impacto negativo que aquela obra poderia representar. Conseguimos inorar os estragos que na altura estavam previstos ser feitos e fazer o desvio de algumas caixas para que não cortassem todas as árvores que tinham em vista cortar. A Câmara sabe o que todos sabem. Há uma entidade que tem a tutela daquelas obras e que tem competência para isso.

Relativamente à iluminação, eu aí já nem sequer vou entrar nas discussões de gostos pessoais. A ponte está bonita para a maioria das pessoas que lá passam e está feia para alguns que também lá passam. Nunca vamos agradar a todos e muito menos eu. Para o ano seguramente será outra iluminação de natal. O concurso será feito onde nós aceitamos a sugestão, ou declinamos a iluminação toda. Este ano, decidiram pôr azul e para o ano poderá ser o verde. Não vou entrar nessas considerações, se me permitem porque não faz sentido estarmos aqui a discutir gostos pessoais. Vou a várias cidades e vejo iluminação bem pior que a de Amarante que ao longo destes anos tem tido muita dignidade e julgo que os Amarantinos se sentem na maioria satisfeitos. Agora, este tipo de questões não vale a pena serem-me colocadas porque eu não tenho como responder, porque gostos são gostos”.

ERCÍLIA COSTA – PS

No uso da palavra disse: “Com toda a objetividade – recebeu ou não recebeu o relatório de avaliação dos terrenos de Geraldês para os bombeiros? Eu não disse em momento algum que os bombeiros voluntários de Amarante não eram uma instituição respeitável. Em momento algum pus em causa a credibilidade da instituição. Tem ou não tem neste momento o relatório de avaliação dos terrenos?”

Segunda questão – designação dos representantes para o Conselho Geral das Escolas de Amarante.

Também não falei do gostar ou do não gostar da iluminação. O que eu disse é que era importante olharmos da ponte para o mosteiro de S. Gonçalo e valorizar o monumento. Somente isso. O gosto fica connosco. O que eu pedia à Câmara é se efetivamente tinha um olhar diferente da ponte para S. Gonçalo. Objetivamente solicito resposta às minhas questões”.

TORCATO FERREIRA – PS

No uso da palavra disse: “Não percebi muito bem a explicação que o senhor Presidente deu acerca da Carta Desportiva. O documento que tenho aqui chama-se Carta Desportiva, foi aprovada e ficou definida como Carta Desportiva. Pelas palavras do senhor Presidente, isto seria um diagnóstico e não uma Carta Desportiva. Bem, ela chama-se Carta Desportiva, tem um diagnóstico e tem propostas de ação. A pergunta que eu lhe faço é a seguinte: vai submeter este documento à discussão pública e depois aprová-la em Assembleia Municipal, ou vai fazer um novo documento que possa vir aqui a esta Assembleia e ser aprovada como deve ser?”

JOÃO SANTOS LEITE – CDS/PP

No uso da palavra disse: “Dado o pouco tempo que o senhor Presidente da Câmara tem para responder a todas as questões que lhe foram colocadas, o CDS cede o seu

tempo deste período da Assembleia ao senhor Presidente, para que ele possa responder”.

JOSÉ LUÍS GASPAR JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra disse: “Recebemos um ofício da parte dos Bombeiros Voluntários de Amarante falando daquilo que era o preço para os 37.000 metros quadrados que era de um milhão e cem mil euros. Depois de negociações havidas com os proprietários acredito que eles tenham uma avaliação. Foi no decorrer deste ofício que decidimos atribuir o apoio. É claro que depois haverá novas negociações até porque estamos a falar na necessidade de haver um projeto e a seguir uma candidatura que a exemplo de outros, serão processos longos. É isto que eu tenho. Não tenho um papel a dizer que o engenheiro X fez uma avaliação e que deu o valor Y. Eu acredito que ao enviarem um ofício assinado pelo senhor Presidente dos Bombeiros esteja tudo em conformidade.

Relativamente à segunda questão que foi aqui colocada, quero dizer ao senhor deputado que o plano estratégico vai ser apresentado, documento este que ainda não o é. Há-de ser feito, há-de ser discutido e eu tive o cuidado de dizer, que iria pedir o contributo de todos para depois seguir a tramitação normal. Provavelmente o senhor deputado não esteve atento à quilo que eu disse”.

CARLOS CARVALHO – PSD

No uso da palavra disse: “Começo por desejar a todos votos de um bom mandato e que consigam cumprir aquilo a que nos obrigam estas funções, mas que acima de tudo o possamos fazer com a dignidade que Amarante merece. Isto passa logo e desde já por nós sabermos que quando levantamos ou queremos levantar assuntos, questionar ou queremos também fazer política disso, saibamos separar aquilo que é a vontade desmesurada de fazer política com o confronto e o ataque pessoal, ou querermos simplesmente falar dos assuntos a que nós devemos de alguma forma condicionar as nossas prestações nesta Assembleia Municipal. É por isso que não posso deixar de lembrar que é pena que o PS se comece a apresentar nesta Assembleia ao bom estilo do cinema. Com isto quero muito simplesmente dizer que olho para a bancada do PS e tendo em conta as atitudes que já vi aqui hoje, lembro-me muito do Jurassik Park. Não me lembro do Jurassik Park porque estou aqui a dizer que alguém tem muito tempo de idade e que estou a chamar alguém de dinossauro. Não é por isso. É porque lembro-me do Jurassik Park porque vejo pessoas com uma boca muito grande, com uma capacidade muito elevada de levantar a voz e de rugir, mostrar os dentes afiados, mas são também aquelas pessoas que tal e qual um Tirano Rex tem umas, mãos curtas, que por serem umas mãos tão curtas, durante 24 anos não lhe permitiu executar em Amarante aquilo que Amarante precisava. Depois, tem a capacidade de chegar aqui e apontar críticas a uns e a outros como se estes que cá estão há oito anos não estivessem a fazer bem mais e bem melhor. Não me venham aqui depois dizer que isso é passado e que já não devemos olhar para ele, porque vamos olhar para ele. Porque olhar para aquela bancada estamos a ver muitos daqueles que durante aquele tempo não tiveram a capacidade de executar aquilo que Amarante precisa e que hoje está a fazer. Vamos olhar para esse passado e vamos comparar aquilo que se fazia antes

com aquilo que nós fazemos hoje. Portanto, quero começar por dizer isto neste princípio de mandato desta Assembleia Municipal, seguro de que há um determinado campo do ataque pessoal do quase enxovalho onde nós não vamos jogar, mas apenas comparar aquilo que antigamente acontecia e mostrar o que hoje fazemos de diferente realçando que hoje Amarante está bem melhor do que aquilo que estava.

ERCÍLIA COSTA – PS

No uso da palavra disse: “Que vinha defender a sua honra porque esta atitude de querer silenciar quem quer colocar questões não cabe na minha maneira de ser. Quero dizer ao senhor deputado Carlos Carvalho, que ele fez na sua intervenção uma afirmação grave. O Parque Jurássico pode lá ter a sua avó, os seus antecessores, mas o nosso discurso aqui é colocar as questões que achamos pertinentes para o concelho de Amarante. Se qualquer intervenção que o Partido Socialista aqui vier fazer vos causar incómodo e o vosso discurso for esse, podem continuar a fazê-lo. Temos o direito de vir aqui questionar e por isso, deviam olhar para nós como sendo alguém com uma responsabilidade de serem a oposição. Não esperem que venhamos aqui fazer o discurso que lhes dá jeito. Para isso vocês tiveram uma avaliação recentemente, desculpe que lhe diga – a governação socialista nunca nos envergonhou, antes pelo contrário. Só recorre a isso quem é fraco de memória. Exigimos respeito e não permito que venham aqui ofender a bancada socialista por acharem que estamos aqui a tecer considerações ou questões que são incómodas”.

Por sua vez, o senhor Presidente da Assembleia, disse à senhora deputada que lamentava que ela tenha usado o argumento da defesa da honra, para vir defender o partido o que não me parece que seja lógico. De qualquer das maneiras a senhora não foi ofendida em momento algum.

CARLOS CARVALHO – PSD

No uso da palavra disse: “Aquilo que eu vim aqui dizer foi que nós não estamos nesta Assembleia Municipal para discutir se as pessoas preferem uma iluminação azul ou roxa. Estamos aqui para discutir política. Se as pessoas querem ter o direito de fazer questões, não precisam de exercer esse direito com a constante afronta e a tentativa de achincalho. Foi isso que eu vim cá dizer e foi isso que eu vim cá afirmar que nós não vamos entrar nesse campo. É muito difícil para algumas pessoas acharem que se calhar chegavam a 2021, e que tudo continuava como em 2009, mas de facto tudo mudou, Amarante está melhor”.

Como não estava mais nenhum deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato ao período da ordem do dia, dando-se assim cumprimento à ordem de trabalhos previamente estabelecida.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO Nº 1 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA O QUADRIÉNIO 2021/2025

Inscreveram-se para usar da palavra relativamente a este ponto os senhores:

ERCÍLIA COSTA – PS

No uso da palavra disse: “Eu trago aqui uma proposta de alteração ao artigo 23º - regras e uso da palavra por parte dos membros da Câmara Municipal no período de antes da ordem do dia, ponto dois – *“a intervenção referida no número anterior deverá ser feita por uma única vez no final daquele período”*. A bem do debate democrático achamos que o uso da palavra deve decorrer como decorreu hoje, isto é, sempre que há uma questão, deverá haver a possibilidade de ser respondida pelo Presidente da Câmara Municipal. Se este ponto não for alterado o Partido Socialista votará contra”.

CARLOS CARVALHO – PSD

No uso da palavra disse: “A proposta que está aqui em discussão e que foi agendada foi alvo de discussão e de análise na reunião de líderes, onde o PS esteve representado. Portanto, daí até agora, não surgiu qualquer indicação de que houvesse alguma coisa para alterar. Assim sendo, do lado do PSD votaremos contra esta proposta de alteração e a favor da proposta do Regimento tal e qual ele está agendado”.

No seguimento dos trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia pôs à votação, em primeiro lugar, a proposta de alteração apresentada pela senhora deputada e de seguida o documento que havia sido previamente agendado.

A proposta de alteração obteve o seguinte resultado: **Votos contra: 22, Abstenções: 0 (zero), Votos a favor: 28**. Perante este resultado, apurou-se a rejeição da proposta.

De seguida foi votado o documento agendado que obteve o seguinte resultado: **Votos contra: 22, Abstenções: 0 (zero), Votos a favor: 28**.

Foi ainda aprovado em minuta, para poder produzir efeitos imediatos. Dessa votação resultou a aprovação por **UNANIMIDADE**.

A senhora deputada **ERCÍLIA COSTA** fez a seguinte declaração de voto – “lamento que não tenha sido corrigido o regimento desta Assembleia, porque irá certamente acontecer algumas vezes, que após a intervenção do senhor Presidente da Câmara, dispondo a bancada do PS ainda de tempo, sejam colocadas questões que não terão resposta na referida Assembleia Municipal”.

CARLOS CARVALHO – PSD

No uso da palavra disse: “Quero fazer uma declaração de voto relativamente à proposta de alteração, porque única e exclusivamente a única coisa que se prende com essa recusa dessa alteração tem a ver com o facto de nós termos visto durante os últimos anos e durante as últimas Assembleias Municipais, onde muitas vezes o tempo era usado para questionar o Presidente da Câmara, com algumas questões. O senhor Presidente de seguida respondia, esgotando muitas vezes o tempo que tinha para isso. Era de novo questionado e “atacado politicamente” sem depois ter a possibilidade de responder, o que também não é correto, e limita muito o que é o esclarecimento por parte do município. Assim sendo, só se pode recusar reforçando ainda que a questão foi discutida em reunião de líderes, e portanto, terá ficado esclarecida na altura”.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse: "A minha declaração de voto vai no sentido do voto contra à proposta de alteração apresentada pela bancada do PS. Fui eu que estive, enquanto líder em funções, na negociação deste documento e no próprio dia da reunião de líderes dei conhecimento pelo telefone ao senhor Dr. Cândido Zoio, de que ia ser acrescentada essa proposta. No dia da reunião o PS fez-se representar pelo senhor Arquitecto Hugo Peixoto, tendo sido acordado por todos fazer a alteração. Foi frisado ao senhor deputado Hugo Peixoto que se houvesse, entretanto algo a opor que fizessem chegar oportunamente ao senhor Presidente da Assembleia. Pelos vistos, até á data de hoje nada houve a opor. Portanto houve aqui uma certa negligência política por parte da bancada do PS, porque se esta proposta tivesse aparecido na reunião de líderes tinha certamente sido discutida e chegaríamos talvez a outra solução. Neste caso o procedimento não é correto e foi por isso que eu votei contra".

PONTO Nº 2 – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE DA CÂMARA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

JOSÉ JOAQUIM MAGALHÃES TEIXEIRA – PS

No uso da palavra, fez a intervenção que a seguir se transcreve na íntegra: "Permita-me em primeiro lugar referir que o documento apresentado para análise está bem elaborado, contendo a informação necessária para acompanhar a vida do Município de Amarante. Todavia gostaria de obter informação adicional sobre os seguintes temas:

1. Qual o motivo para a paragem da obra do espaço denominado "Espaço Multifuncional do Rossio"

O que se passa concretamente com estas obras neste momento em que falamos?

2. Nos últimos dias a peça de arte presente na solução Giratória da avenida 1 de Maio, entre o arquinho e a avenida 25 de Abril, sofreu algumas modificações estruturais, pergunto ao senhor Presidente:

- Esta Decisão deveu-se a questões técnicas, a questões de autoria, ou tratou-se de uma decisão política?

E para finalizar este tema;

- O senhor presidente pode-nos informar qual foi o custo global desta peça de arte?

Como apontamento final, solicitamos a vossa exa. que, numa próxima oportunidade, disponibilize informação sobre os empréstimos aprovados, contratualizados e com capacidade de ser usados até ao presente momento. Este pedido justifica-se pela razão de muitos deles, no anterior mandato terem sido substituídos por outros financiamentos bancários, o que não nos permite ter uma leitura muito clara sobre os mesmos".

JOSÉ LUÍS GASPARGORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra disse: "Relativamente ao espaço multifuncional do Rossio, quero dizer que a obra foi suspensa enquanto estão a fazer a obra da escadaria e do elevador, porque tinham que passar camiões com carga excessiva e não poderia estar aquela grelha que ficaria toda danificada. Julgo que agora já estarão as obras retomadas e dentro de uma ou duas semanas estão prontas para terminar. Inclusive já começou a obra do viaduto que também estava suspenso pela mesma razão. Vão ser retira-

das aquelas pedras que lá foram colocadas para ser agora feito o viaduto. Isto teve tudo a ver com o planeamento da obra.

Relativamente à rotunda, e à obra de arte ali colocada, não lhe sei dizer em concreto o preço porque na altura contratamos três obras de arte, duas para Vila Meã e mais esta. O preço total é relativo às três obras. Em concreto não sei o preço para esta obra. O preço total era de cento e tal mil euros. A peça contratada para lá, não é aquela que lá foi colocada, para desgosto meu, até porque gostei muito daquilo que nos foi apresentado, de que até vi uma miniatura do projecto e achei interessante. Aceito as críticas que vão sendo feitas, porque eu também não estava à espera daquilo. A peça não tem nada a ver com aquilo que contratualizamos. Já falei com o artista e mostrei-lhe o meu desagrado e neste momento ainda não sei o que vai acontecer. Se calhar a meio da obra o artista achou que a filosofia devia ser outra e apresentou aquilo. Costumo dizer que não discuto arte com ninguém, mas aqui devo confessar que fiquei algo aborrecido, mas estou à espera de ver como vai terminar o processo.

Relativamente à listagem dos empréstimos, há alguns que não foram usados, porque entretanto, em termos dos quadros comunitários, alguns não foram usados e outros vão ser amortizados. Vou remeter-lhe uma listagem dos empréstimos, sendo que alguns dos que lá constam eventualmente poderão não serão utilizados porque dependem daquilo que for a execução”.

PONTO Nº 3 - APRECIACÃO E TOMADA DE CONHECIMENTO DO RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO E INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO RELATIVO AO 1.º SEMESTRE DE 2021

Como este assunto era só para tomada de conhecimento, nenhum senhor deputado se inscreveu para usar da palavra. Assim, o senhor Presidente da Assembleia, passou de imediato à discussão do ponto número 4 da ordem de trabalhos que conforme o previamente acordado seria discutido e analisado tendo em conta a grelha A da gestão de tempos na Assembleia Municipal de acordo como artigo 22º do Regimento em vigor.

PONTO Nº 4 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E DO ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA O ANO FINANCEIRO DE 2022

Relativamente a este ponto, inscreveram-se os senhores:

JOSÉ JOAQUIM MAGALHÃES TEIXEIRA – PS

No uso da palavra disse: “Estamos aqui, hoje, para debater o 9º Orçamento da Câmara Municipal de Amarante, sob a responsabilidade política da Coligação “Afirmar Amarante - PSD/CDS-PP”.

Este documento previsional para o ano de 2022, compagina as opções políticas legitimadas por esta força política, vencedora do último ato eleitoral autárquico, realizado em setembro último.

As linhas orientadoras deste documento são, naturalmente, diferentes daquelas que o Partido Socialista tem e gostava de aplicar no Município de Amarante.

Oito anos volvidos desde o primeiro orçamento, evidenciamos desde já a nossa grande satisfação pelo restabelecimento dos protocolos para obras com as Juntas de Freguesia do concelho.

Estamos cientes e convencidos que tal opção permite aumentar a eficiência na resolução dos problemas, conferindo uma maior rapidez na resposta às necessidades da população.

De igual modo, avaliamos positivamente a aceitação por parte da coligação “Afirmar Amarante PSD/CDS-PP” para a inclusão de uma proposta do Partido socialista, no sentido da criação de acordos de cooperação com as Juntas ou Uniões de Freguesias para dinamização cultural, no valor de cinco mil euros, abrangendo por via desta medida toda a população Amarantina.

O PS Amarante debateu-se, desde sempre, pela defesa de uma perspetiva de um orçamento colaborativo com as Juntas de Freguesia, reforçando desta forma o princípio de autonomia destas unidades de âmbito territorial. É, portanto, uma boa notícia a implementação destas duas medidas no Orçamental Municipal para o ano de 2022.

O Orçamento presente, e as demais Opções do Plano do Município, deviam responder num curto espaço de tempo aos problemas mais simples do quotidiano dos amarantinos, que se avolumam à medida que não são enfrentados, dos quais se destacam:

- Remarcação de sinalização horizontal e manutenção da sinalização vertical em todas as Freguesias do concelho;
- A segurança Rodoviária;
- Manutenção de equipamentos públicos, como é exemplo convincente o estado conservação da Biblioteca Municipal;
- Pequenas repavimentações de algumas vias públicas, nomeadamente numa rua de capital interesse, como aquela que existe entre o edifício Paços do Concelho e o edifício do Tribunal de Amarante, que se encontra em desgaste há cerca de 4 anos.

Senhor Presidente, a obra útil, não se mede pela dimensão ou grandeza. É necessária estratégia e planeamento adequado na obra que se faz e na maneira como se priorizam necessidades.

Na certeza de que não vai ser possível concretizar tudo aquilo que os documentos contêm, nomeadamente nas GOP, é importante centrar o debate na real discussão do documento.

Nesse sentido o Partido Socialista gostava de perceber, qual o ponto da situação para execução das obras, há muito tempo identificadas como necessárias, pelo executivo camarário, a saber:

- Piscinas Municipais;
- Pavilhão Multiusos;
- Pista de Atletismo;
- Pavilhão Desportivo de Vila Meã;
- Estrada Nacional nº 15 entre a Ponte de Pego e os Estaleiros da Câmara Municipal de Amarante.

Este é momento mais importante do debate municipal, que não se pode resumir no exclusivo da crítica ou no elencar de uma listagem de obras, atividades e ações não realizadas pelo poder executivo que governa o Município de Amarante.

O Partido Socialista tem o dever e a responsabilidade, enquanto oposição, de contribuir positivamente, com ideias, rumos diferentes, e respostas para que nunca faltem soluções para o desenvolvimento do nosso concelho.

Nesse enquadramento ficaremos muito satisfeitos que se consumassem as seguintes realizações, atividades e obras:

- Requalificação do Largo da Feira;
- Requalificação dos Paços do concelho;

No âmbito da política cultural e nos seus equipamentos, defendemos:

- A instalação num espaço digno para acolher o espólio do Poeta Teixeira de Pascoaes, que é figura maior não só da cultura Amarantina como da cultura portuguesa;
- Valorização do Museu Municipal Amadeo de Souza Cardoso;
- Retomar a realização de um evento de grande valor científico e promotor de conhecimento, como foi o Congresso Histórico de Amarante, que vossas excelências deixaram cair apesar de ter sido reconhecidamente um momento relevante para a agenda cultural do Município de Amarante, da região e até do país.
- Promover verdadeiramente a baixa fiscalidade “amiga dos cidadãos e das empresas”, do lado dos impostos diretos” (Derrama, IRS e Taxas de Urbanismo), que é absolutamente crucial para a coesão social e económica e territorial do concelho de Amarante e que, essa sim, pode atrair e fixar empresas e trabalhadores no concelho.

· Por último, neste capítulo de partilha ideias e programas para o debate, defendemos que Município de Amarante devia fazer do “DESAFIO DEMOGRÁFICO” uma prioridade política já neste orçamento para o ano de 2022.

E nesse sentido, deter e inverter as tendências de demografia negativa, verificadas no último Censo feito à população, levado a cabo na primavera de 2021. Amarante perde população pelas duas vias possíveis: a natural e a migratória. Isto significa que não só morrem mais pessoas do que as que nascem, como saem do concelho mais pessoas do que as que entram.

Tal situação traduz-se num Saldo Natural Negativo, e num saldo Migratório Negativo, o que nos deve preocupar a todos, e desenhar políticas, capazes de mitigar esta falta de dinamismo demográfico.

Temos que arrepiar caminho com medidas no sentido de deter a perda de população no concelho de Amarante.

Senhor Presidente, este sim, é um grande desafio que as Câmaras Municipais de regiões como a que nos inserimos, tem pela frente. Não percamos tempo.

Para finalizar esta minha intervenção, coloco duas questões ao senhor presidente da câmara:

- Qual é o grau de confiança que tem na execução deste orçamento, no que concerne ao investimento?

E, na sequência da primeira pergunta, a segunda é:

- De que forma é que pretende financiar este orçamento, que tem valor global de 53.450 milhões de euros, atendendo a que a maior execução orçamental conhecida, no que diz respeito ao ano de 2020, se situou num valor de cerca de 39 milhões euros?

Senhor Presidente da Assembleia,

Senhor Presidente da Câmara e Exmos. Vereadores;

Os documentos previsionais não são documentos fechados. São instrumentos de gestão dinâmicos, que podem e devem ser revistos sempre que haja razões de fundo para ajustar a estratégia inicialmente prevista.

Essa estratégia, Sr. Presidente, não é partilhada na sua grande parte, pelo Partido Socialista de Amarante.

Assim, pelo exposto, e depois de apreciadas as opções que o executivo apresenta, decidiu o PS viabilizar o orçamento votando pela abstenção.”

CARLOS MIRANDA – PSD

No uso da palavra disse: “As grandes opções do plano e o orçamento municipal para o ano de 2022, têm naturalmente uma forte componente técnica, mas são essencialmente documentos que refletem as opções políticas e estratégicas do executivo municipal da coligação AFIRMAR AMARANTE e, como tal, não posso esconder a grande satisfação ao analisar estes números que comprovam de forma clara a grande dinâmica realizadora e empreendedora deste executivo alicerçada numa situação financeira e orçamental equilibrada.

A este respeito, estes números respeitam o grande voto de confiança que o povo amarantino deu à Coligação Afirmar Amarante nas últimas eleições autárquicas e estão em consonância com os compromissos assumidos.

O valor do orçamento de 53 milhões e 450 mil euros é um valor bastante ambicioso que reflecte a vontade de continuar o processo de transformação da nossa terra que iniciamos há 8 anos e que tem dado frutos.

Neste sentido, é importante começar por reconhecer que o Orçamento Municipal para 2022, foi elaborado num contexto nacional de grande instabilidade política resultante do chumbo do orçamento de estado e da crise política provocada pelo PS e pelos seus ex-parceiros da geringonça, que mergulharam o país na crise política, somando-a à crise económica e social que o país já vivia.

Verifica-se que se mantém um grande volume de investimento, que resulta da forte proatividade do executivo nos últimos anos na apresentação de candidaturas a fundos comunitários que são um forte contributo para aumentar a competitividade da nossa terra e a qualidade de vida dos nossos concidadãos.

Nesta matéria, convém salientar a Reabilitação do Cineteatro a concluir em 2022, a reabilitação fluvial no âmbito do POSEUR, as operações inseridas no plano de Mobilidade Urbana Sustentável, no âmbito do PAMUS, a Reabilitação do Solar Magalhães, inserido no PARU, as ações incluídas no PROVERE -Valorização do cluster turístico das serras do Marão e da Aboboreira, a operações Verde por Natureza 2.0, no âmbito do POSEUR.

A respeito da dinâmica deste executivo na captação de fundos comunitários, face ao marasmo do passado socialista, é importante destacar que o mecanismo de Overbooking dos fundos comunitários e do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) abrem uma grande janela de oportunidade no próximo ano dado que existem muitos projetos em carteira já preparados que poderão aí encontrar financiamento.

Os acordos de cooperação com as juntas de freguesia com um montante de 645 mil euros, demonstram de forma cabal o empenho do executivo camarário em promover a coesão do nosso vasto território e em tratar todos amarantinos por igual, pois para nós

não há freguesias de primeira e freguesias de segunda, há simplesmente amarantinos que merecem ser tratados com igual respeito e consideração pelo poder político.

Está previsto investimento avultado em requalificação de ruas, arranjos urbanísticos e requalificação de edifícios e equipamentos, nas freguesias do concelho.

No domínio da Juventude e Desporto, para além da realização de atividades direcionadas à juventude e à dinamização de ações que promovam a atividade física e desportiva, bem como o apoio às entidades do município neste domínio, assinala-se a construção do Pavilhão Gimnodesportivo de Vila Meã.

Neste contexto tão exigente, é extremamente relevante realçar que se respeita o princípio do equilíbrio orçamental que exige que a receita corrente bruta deva ser pelo menos igual à soma da despesa corrente com a amortização dos empréstimos.

Mantém-se as políticas do Código Fiscal do Investimento do Município de Amarante, que incentiva o investimento empresarial no Município, com vista à captação de investimentos relevantes para o desenvolvimento sustentado, que contribuam para a diversificação do tecido empresarial, assim como promover a criação de novos postos de trabalho, se possível, assentes na qualificação, na inovação e na tecnologia. Tivemos este ano o projeto de uma multinacional suíça em Aboadela, mas seguramente que esta política continuará a dar resultados.

Estabelece-se um conjunto de benefícios fiscais para os prédios urbanos destinados a habitação sujeita a custos controlados, de que sejam titulares associações de moradores ou cooperativas de habitação na expectativa que constitua um forte estímulo à capacidade financeira necessária à decisão de reabilitação, além do incentivo ao mercado de arrendamento para contratos de prazo superior a cinco anos.

Destaque também para a manutenção da taxa mínima de IMI em 0,3%, bem como, o desconto de 70 EUROS no IMI para famílias com 3 ou mais dependentes a cargo.

Verifica-se o reforço da coesão social, com adoção de projetos e ações que visam diminuir desigualdades sociais e apoiar estratos sociais mais desfavorecidos e vulneráveis, prevendo também a implementação da Nova Geração de Políticas de Habitação, materializada através da Estratégia Local de Habitação e a aposta na cultura e na educação

Senhoras e Senhores deputados, os números são claros e permitem-nos olhar com bastante otimismo para o presente e futuro de dinâmica e progresso que a nossa terra exige.

Neste sentido, naturalmente que o sentido de voto da bancada do PPD/PSD será o voto favorável e aprovação da proposta das grandes opções do Plano e do orçamento municipal para 2022”.

JOÃO LEITE – CDS/PP

No uso da palavra disse: “O Orçamento Municipal para 2022 marca o arranque de um novo mandato autárquico, que aliás, nada mais é que a continuação de um projecto para 12 anos.

Mesmo considerando o actual quadro de pandemia COVID-19 que o país e o mundo continuam a atravessar, ao qual se adicionou a crise política nacional com a não aprovação da Proposta do Orçamento do Estado para 2022, a proposta de Orça-

mento com um valor global que ascende aos 53.450.000,00 euros, que é apresentado, visa a continuação de implementação de uma estratégia de afirmação e competitividade do município, que promove o reforço da coesão social e territorial mantendo o equilíbrio das finanças municipais.

O processo de transferência de competências da Administração Central, iniciado em 2020 com a efetivação no domínio da educação e no decurso de 2022 prevê-se que se venham a concretizar outras e continuaremos a seguir uma política orçamental de equilíbrio orçamental.

Orçamento para 2022 continua-se a alocar recursos a medidas de apoio no âmbito da COVID-19, que contemplam respostas de apoio à comunidade, respostas de apoio às instituições e respostas de apoio à economia e às empresas, como a estratégia protagonizada para o concelho de Amarante pela coligação Afirmar Amarante, e à melhoria da qualidade de vida da população.

Os orçamentos e as contas dos exercícios anteriores têm demonstrado equilíbrio na gestão corrente (Receita / Despesa), onde tem sido possível a realização de muitas obras no município, com destaque para crescente investimento nas freguesias, com montantes alocados em cerca de 22 milhões de euros;

A execução das grandes obras que se reclamam como indispensáveis para o desenvolvimento de Amarante e do bem-estar dos Amarantinos, para que a nossa terra recupere os atrasos em comparação com os municípios vizinhos, que não são possíveis de se concretizar sem recurso a capitais alheios, ou seja empréstimos bancários”.

JOSÉ LUÍS GASPAS JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra disse: “Relativamente à sinalização horizontal e vertical há efetivamente ainda muito a fazer e por isso concordo com o senhor deputado.

Relativamente à biblioteca, estamos neste momento a definir o futuro da biblioteca. Pretendemos uma biblioteca dos tempos modernos. A que temos cumpriu a sua função durante algumas décadas, mas, neste momento já necessita de toda uma reestruturação, criando algumas melhorias enquanto não temos um projeto de melhoria. Ainda agora, resolvemos o problema da climatização e de infiltrações. Toda aquela área terá de ser alvo de um novo conceito de biblioteca, assim como também dos arranjos exteriores. Durante este mandato, queríamos ver se vamos ter capacidade de candidatar a reabilitação da mesma.

Quanto à estrada de acesso ao tribunal continua com um problema que ainda não está resolvido. Logo que seja possível será repostado o pavimento.

Quanto às questões que colocou acerca de alguns projetos, julgo que se estaria a referir a umas novas piscinas, quero dizer-lhe que já estamos a fazer o projeto de execução, mas sabemos que vamos tratar de uma obra com montantes bastante elevados, sendo que quase todos os Presidentes de Câmara da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, fizemos um apelo ao Governo no sentido de que os equipamentos desportivos pudessem entrar no novo quadro comunitário, porque se é verdade que nós temos de melhorar a qualidade de vida dos nossos munícipes, também entendemos que os equipamentos desportivos permitem a qualidade de vida do cidadão. Estamos à espera disso, até porque temos aqui alguns equipamentos, nomeadamente as piscinas de Amarante. Gostaria de contar com algum apoio. Como sabem é difícil para

o município executar obras com valores muito avultados. Eu acredito na execução do orçamento para o ano que vem e o meu grau de confiança é de 100%, até porque as verbas para este orçamento já estão lá todas. Em termos de quadros comunitários estamos a falar de cerca de oito milhões de euros que temos para terminar, mais sete milhões que já estavam contratados, mais aquilo que é o orçamento normal que perfaz os tais 53,4 milhões de euros. É para executar, a não ser que aquilo que é o atraso de execução das obras pode fazer com que transitem para outro ano, que é o caso de Cineteatro que já devia estar pronto, mas que ainda não está. Por exemplo, a obra do elevador que devia ter começado há três anos só começou recentemente. O mesmo de passa com a obra de Santa Clara a S. Gonçalo, assim como o viaduto que também já devia estar feito. São situações que não dependem da falta de vontade da Câmara ou até das outras entidades, mas que são processos muito burocráticos que levam aos atrasos. Perante isto quero dizer-lhe que tenho um grau de 100% relativamente àquilo que acontece. A execução deste ano andarà à volta dos 53 milhões, valor que vamos apresentar no encerramento das contas.

Relativamente ao mercado e à Alameda Teixeira de Pascoaes, também estamos na fase do projeto de execução.

Quanto ao multiusos, sempre tive o cuidado de dizer que não é para fins desportivos, mas sim para as artes e até me tenho referido a que seja a "Fábrica das Artes". Julgo que é a isso que o senhor deputado há pouco faria alusão, Em janeiro os senhores Vereadores vão receber uma apresentação, porque já está fechado aquilo que é o conceito daquilo que nós queremos, e deixem-me dizer-lhes, que o projeto está muito bonito e está sinalizado na estratégia da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, bem como um outro equipamento que queremos desenvolver que é o Amarante Tec Campus, que é um centro tecnológico a construir junto a este que eu julgo que vai dar aqui uma nova centralidade a Amarante nestas áreas que são muito importantes.

Relativamente à E.N. 15, o estudo está ser feito e estamos a falar, de uma peça que tem ali muita obra, porque não é só meter tapete. É preciso estudar a questão dos passeios, da ciclovia, das drenagens, das novas rotundas etc. Queremos, num próximo quadro comunitário conseguir uma comparticipação daquilo que é correspondente aos "modos suaves" e também acredito que durante este mandato iremos ter essa obra concluída. Agora, não é para o ano de 2022. Em 2022 teremos o projeto para depois poder avançar.

Relativamente à Casa de Pascoaes, como é do conhecimento o projeto está feito, mas a obra está pendente da cedência de um espaço ao município para podermos avançar com a recuperação da casa onde nasceu Pascoaes. A obra já teve por dias vezes financiamento e vamos ver se para o ano vamos conseguir materializar o projeto.

Relativamente ao museu Amadeo de Souza Cardoso o projeto está a ser executado pela arquitecta Andreia Soutinho. É nossa vontade que as duas salas que são ocupadas pela Câmara Municipal de Amarante, possam vir a ser ocupadas pelo museu para lhe dar uma nova expressão. Há a vontade de há muitos anos da Gulbenkian, poder ceder o acervo que tem de Amadeo, o que para Amarante seria algo de fantástico, mas para isso temos de ter condições fantásticas para poder acolher esse espólio, mas para isso temos de ter primeiro o edifício da nova Câmara. Mas tudo isto vai demorar. Eu quero acreditar que agora no arranque do PRR ou no Portugal 20/30 possa arranjar

financiamento para o novo edifício da Câmara. Todos estes projetos são de enorme complexidade a nível de pareceres, mas julgo que as coisas poderão vir a ter outra celeridade e durante 2022 ter alguma luz ao fundo do túnel.

Quero aqui deixar claro que outros municípios da dimensão de Amarante não têm, em termos orçamentais grande folga. Aliás se fizéssemos um orçamento de base zero, sem empréstimos e sem outros apoios teríamos um orçamento de cerca de trinta e cinco milhões de euros. O que vai acima disso obriga a que se consigam outros expedientes para podermos avançar com obra, sendo que num exercício de base zero, o que nós libertamos para investimento é a módica quantia de dois milhões cento e oitenta e três mil euros. Se pegarmos nesta quantia e apoiarmos as Juntas de Freguesia, que só para limpezas levam um milhão e duzentos mil euros. Depois temos mais seiscentos e quarenta mil euros, o que dará um milhão oitocentos e quarenta mil euros, sobra-nos muito pouco para fazer obra. Se ainda cortasse-mos nas receitas como seja IRS, derrama e outras, pior seria. Temos de ser competitivos e para o sermos teremos de adquirir mais terrenos, temos de infra-estruturar essas áreas. Respeito a opinião de cada um, e cada um gere o melhor que pode, mas continuo a dizer que seja eu ou outro Presidente da Câmara, se pudéssemos eliminar tudo o que sejam taxas e impostos, eliminaríamos. Assim como o Governo, se pudesse baixar os impostos dos combustíveis que são dos mais caros da europa, certamente fá-lo-ia, mas provavelmente não pode abdicar dessa receita. Ninguém gosta de penalizar ninguém. Este orçamento que eu acredito que vai ser executado, vai permitir dar passos significativos naquilo que é o desenvolvimento do território, que é aquilo que todos nós queremos. Espero por isso que o ano 2022, nos traga os Quadros Comunitários, o PRR, o Overbooking e o Portugal 20/30, uma janela de oportunidades para podermos ir mais além do que aquilo que está aqui proposto".

JOSÉ JOAQUIM MAGALHÃES TEIXEIRA – PS

No uso da palavra disse: "Eu até percebo que muitas das obras e empreitadas que o Executivo quer fazer são de um grau de complexidade elevado. Agora, há questões que não são uma boa marca para Amarante. Vou dar-lhe um exemplo de proximidade ao nível da sinalização horizontal, os serviços da Câmara realizaram pinturas na estrada entre Amarante e Fridão. Chegaram ao alto de Fridão, que é parte de mais difícil visibilidade, principalmente durante a noite e de inverno e pararam ali as marcações. De Fridão a Rebordelo não há nenhuma sinalização. As pessoas daquelas zonas, não têm outra alternativa para vir ao centro da cidade. De lá para irmos ao centro do mundo temos sempre de vir ao Arquinho. Eu julgo que é uma questão de pegarmos nestas necessidades e constituir uma empreitada que resolva definitivamente estes problemas ao nível segurança em todo o concelho. Hoje, todos os municípios e têm uma estratégia de segurança rodoviária. Há um plano em vigor de segurança rodoviária no país. É muito importante resolver estas questões e depois pensar nas obras faraónicas que nesta altura de uma demografia baixa, serão sempre questionáveis.

Quanto à biblioteca eu compreendo e até estou de acordo que devemos adequá-la e modernizá-la, mas se calhar não devíamos ficar mais dois anos à espera para pintar a biblioteca. É uma questão de imagem. Não podemos andar a dizer que temos Pascoaes, Amadeo, Agustina, etc, mas depois temos uma biblioteca no estado que te-

mos. Por isso também acho que era razoável resolver essa situação. Depois disso pensava-se numa intervenção de fundo.

Eu não falei na recuperação da casa de Teixeira de Pascoaes. Eu falei no espólio do Teixeira de Pascoaes. Quanto aos territórios competitivos, eu não conheço territórios competitivos sem pessoas. Fico preocupado com os valores demográficos que vejo em muitas das regiões do nosso país. O grande grau de dificuldade que existe neste momento, e é uma coisa que vamos debater ao longo deste mandato é círculo vicioso em que entramos porque é impossível atrair empregos para sítios onde não há pessoas, mas também é impossível atrair pessoas para sítios onde não há empregos. Podem dizer-me que podemos fazer as duas coisas ao mesmo tempo, mas isso é uma tarefa hercúlea. Claro que isto é também um problema europeu, mas nós temos de arrear caminho e constituir uma estratégia municipal no sentido de tentarmos minorar este problema, sei que é difícil, mas esta questão-determina toda uma estratégia,-determina todo um planeamento, determina todos os investimentos e determina toda uma política. Um dos grandes problemas é que nós temos pouca população nas zonas rurais em idade fértil. Hoje, em Amarante a demografia é um problema sério e muito importante e que antes de tudo o mais, tem de ser enfrentado”.

CARLOS CARVALHO - PSD

No uso da palavra disse: “Esta questão do desafio demográfico é realmente uma questão e um ponto central de qualquer município. Mas também temos de ser um bocado conscientes daquilo que tem vindo a ser feito em Amarante. Nós o que sofremos hoje é muito fruto de políticas vindas de há décadas. A questão demográfica não se resolve com uma política deste ano porque ela só vai ter impacto daqui a dois, três anos porque provavelmente vai levar uma ou duas décadas a surtir efeitos. Nós podemos assumir que em Amarante temos estado a olhar para o desafio demográfico, porque quando temos a notícia e a concretização de novas empresas e de novos postos de trabalho, eu não acho que sejam essas pessoas que vão gerar mais pessoas. São oportunidades, são empregos que vão gerar mais pessoas. É a atratividade territorial que com novos equipamentos e qualidade de vida é que vai fazer com que as pessoas queiram e possam habitar determinados tipos de território. Eu gostava que ficasse claro e aceitando que a questão demográfica até seja prioritária, também deve ser reconhecido que Amarante ao longo dos últimos oito anos a tem trabalhado. E tem trabalhado essencialmente pela atração e captação de investimento para gerar empregos, onde as pessoas possam ficar e outros possam vir, mas acima de tudo possamos gerar pessoas, valorizando o nosso território. Devemos olhar para este orçamento como mais uma oportunidade que o município de Amarante está a aproveitar, que com as condições de financiamento que tem poder gerar investimento no território. Isso tem vindo ser feito, está a ser feito e o melhor de tudo isso é concretizar. É claro que vamos ter sempre questões com tempo, com atrasos, mas sabemos que é assim em qualquer município. Este orçamento reflete que se está a fazer, que se está a planear e se está com uma estratégia de desenvolvimento do território que é essencial para aquilo que nós queremos. Hoje sabemos, que temos um território muito mais atractivo do que tínhamos no passado. Vamos colher os frutos de tudo isto daqui a uma ou duas décadas”.

JOSÉ JOAQUIM MAGALHÃES TEIXEIRA – PS

No uso da palavra disse: “Quero dizer ao senhor deputado Carlos Carvalho que eu não seria tão categórico quanto isso na conclusão que tirou. Eu sei que a questão da demografia não se vê numa década. Vê-se em várias décadas. Eu na minha intervenção não quis dizer que a culpa era do Executivo camarário. Agora, os Executivos camarários têm de ter uma estratégia. A baixa demografia em Portugal se calhar tem a ver com questões sociais. Por exemplo na Escandinávia é de outra forma e se calhar tem a ver com questões culturais e na forma como se organizam as famílias. E noutros sítios é por questões religiosas. Também não pode é dizer que foi da inercia ou da falta dela no passado. Eu não pago para esse peditório. Concerteza que houve problemas, mas na minha opinião não é isso que é central.

JOSÉ LUÍS GASPARGORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra disse: “Não há obras faraónicas, mas obras necessárias. Para o território. Ainda há pouco o senhor deputado as elencava. São tudo obras à dimensão de Amarante. Temos de ter os pés bem assentes no chão e saber bem o caminho que vamos trilhar. Agradeço algumas das sugestões que deu e irei reportar algumas delas aos serviços, porque não é por mais uma lata de tinta que não se vai pintar a sinalização. Quero dizer-lhe que há uma estratégia que tem a ver com o plano de mobilidade, com a captação de investimento para o território, tem a ver com o posicionamento de Amarante face aos demais nomeadamente para o mercado interno, mas também para o mercado externo, tem a ver com a notoriedade da marca Amarante. Claro que estas coisas demoram tempo, mas neste momento está a haver retorno porque já temos multinacionais a virem para Amarante e vamos continuar a ter. Tenho muitos argumentos para acreditar que o futuro será promissor para Amarante e para toda região, porque nós não vivemos isolados, não vivemos numa ilha. Há boas estratégias para desenvolver, mesmo não havendo o número de pessoas que há pouco o senhor deputado referia atendendo que também estamos apostados em alguns segmentos e que tem vindo a acontecer no sector tecnológico. Há pessoas para atrair para o território capacitadas nesta área tecnológica. A nossa região debita por ano 500 pessoas quadros superiores ligadas ao setor tecnológico. Estou a falar da nossa sub-região e não do Porto. Isto é importante porque é uma alavanca que nós temos para o futuro de Amarante. Quanto à baixa densidade, vamos trabalhar toda zona do Marão que tem um potencial tremendo. Neste momento já estamos a identificar novos terrenos, novas áreas para poder continuar a investir na baixa densidade e com isso levar para lá pessoas a morar. Há toda uma estratégia em que eu acredito e é isto que nos vai nortear “

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação deste ponto da ordem de trabalhos, que obteve o seguinte resultado: **Votos contra: 22, Abstenções: 0 (zero), Votos a favor: 28.**

Foi ainda aprovado em minuta, para poder produzir efeitos imediatos. Dessa votação resultou a aprovação por **UNANIMIDADE.**

PONTO Nº 5 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL, NO ÂMBITO DECRETO-LEI N.º 55/2020, DE 12 AGOSTO

Relativamente a este ponto apenas usou da palavra a senhor deputada do **PS, ERCÍLIA COSTA**, que disse que o sentido de voto da sua bancada seria o voto a favor na proposta apresentada.

Sendo assim, a proposta foi de imediato posta à votação tendo sido aprovada por **UNANIMIDADE**. Estavam presentes na sala 50 deputados. Foi ainda aprovado em minuta, para poder produzir efeitos imediatos. Dessa votação resultou a aprovação por **UNANIMIDADE**.

PONTO Nº 6 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO DO ABONO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO AO COORDENADOR MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

Relativamente a este ponto apenas usou da palavra a senhor deputada do **PS, ERCÍLIA COSTA**, que disse que o sentido de voto da sua bancada seria o voto a favor na proposta apresentada.

Sendo assim, a proposta foi de imediato posta à votação tendo sido aprovada por **UNANIMIDADE**. Estavam presentes na sala 50 deputados. Foi ainda aprovado em minuta, para poder produzir efeitos imediatos. Dessa votação resultou a aprovação por **UNANIMIDADE**.

PONTO Nº 7 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA AMBT – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO BAIXO TÂMEGA

Relativamente a este ponto apenas usou da palavra a senhor deputada do **PS, ERCÍLIA COSTA**, que disse que o sentido de voto da sua bancada seria o voto a favor na proposta apresentada.

Sendo assim, a proposta foi de imediato posta à votação tendo sido aprovada por **UNANIMIDADE**. Estavam presentes na sala 50 deputados. Foi ainda aprovado em minuta, para poder produzir efeitos imediatos. Dessa votação resultou a aprovação por **UNANIMIDADE**.

PONTO Nº 8 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA RELATIVA À FIXAÇÃO DAS TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM

Relativamente a este ponto apenas usou da palavra a senhor deputada do **PS, ERCÍLIA COSTA**, que disse que o sentido de voto da sua bancada seria o voto a favor na proposta apresentada.

Sendo assim, a proposta foi de imediato posta à votação tendo sido aprovada por **UNANIMIDADE**. Estavam presentes na sala 50 deputados. Foi ainda aprovado em minuta, para poder produzir efeitos imediatos. Dessa votação resultou a aprovação por **UNANIMIDADE**.

PONTO Nº 9 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA RELATIVA À PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS

Relativamente a este ponto inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

ERCÍLIA COSTA – PS

No uso da palavra disse: “Como é sabido 5% da receita de IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal em Amarante pode ser transferido para a autarquia, mas também é sabido que as autarquias podem abdicar desse valor a favor dos contribuintes. Não vou comparar com outros, para não dizerem que andamos sempre a comparar, mas vou salientar que há municípios que são muito generosos e abdicam da totalidade desse montante a favor dos contribuintes que sabemos serem da classe média e que neste momento também passam por dificuldades. Também é verdade que há municípios que são menos generosos e reduzem em 1% ou mais essa receita. Mas também há aqueles que não são nada generosos que é o caso do nosso município que não abdica desses 5%. Por isso o PS irá votar contra esta proposta, na esperança de que teria sido possível a devolução de pelo menos 1% este ano, tendo em conta as dificuldades criadas pela Covid-19, e que no próximo ano fosse retirado mais 1%, ficando daqui a dois anos com 3% dessa receita arrecadada. Daí o PS ir votar contra a proposta”.

CARLOS CARVALHO – PSD

No uso da palavra disse: “Esta é uma proposta e um assunto que tem vindo a ser debatido aqui ao longo dos anos e o argumentário é quase sempre o mesmo de um lado e de outro. É também uma proposta que em muitos sítios tem sido bandeira para diversos partidos políticos, sejam eles de um espectro político mais à direita ou mais à esquerda e é unânime que todos gostaríamos de ter menos impostos. Mas também é preciso perceber que para termos menos impostos é preciso cortar em alguma coisa. O argumento de que por causa da pandemia se poderia pensar em reduzir aquilo que o município vai auferir desta retenção de imposto, também serve para dizer que as autarquias tiveram mais despesas e tiveram mais custos e por isso também precisam de mais orçamento. Já foi aqui defendido e exemplificado hoje que as receitas não são assim tantas e, portanto, quando propomos uma coisa destas devemos dizer ao mesmo tempo o que é que estamos dispostos a cortar ou deixar de fazer para deixar de arrecadar esta receita. Acho muito mais importante que aquilo que o município arrecada seja investido no território e sirva para potenciar o concelho como se está a fazer e sirva para criar atratividade ao município e dar melhores condições de vida aos amarantinos, do que dar este benefício num imposto a quem realmente pagar IRS. Quem paga IRS não é quem mais precisa de ajuda neste momento no país, porque quem tem os salários mais baixos não vai beneficiar deste tipo de apoio. Não me parece que seja esta a melhor forma de auxiliarmos quem está a precisar e por vamos votar favoravelmente aquilo que o município propõe. Seguimos esta linha seguros de que com isto estamos também a permitir que o município possa usar esta verba para aquilo que é potenciar e melhorar o território e ajudar aqueles que realmente mais precisam. Paga IRS quem realmente tem mais rendimentos. Ainda que haja pessoas que paguem IRS e possam estar a passar dificuldades, há seguramente muitas mais, infelizmente que não

pagam IRS e esses sim precisam do apoio do município. Precisam que o município tenha esta capacidade financeira para os poder ajudar”.

ERCÍLIA COSTA – PS

Usou de novo a palavra para dizer que: “De facto, os que não pagam IRS são os mais necessitados, mas este ponto aplica-se precisamente aos 5% de receita que a Câmara pode arrecadar ou não. Não se trata de quem paga ou não paga IRS. Este ponto destina-se aos que pagam IRS e não exclui os que não pagam e que passam imensas dificuldades. O que me surpreende é que toda a gente vai falando, nomeadamente no seu partido, que a classe média está ser muito sufocada com os impostos, mas quando se trata de devolver o valor do IRS afinal já deixa de haver esse sufoco. Depois, levantou aqui a questão da receita. Eu não diria, como disse o senhor Presidente da Câmara, que já não dava para protocolar com as Juntas de Freguesia. Aí se vê a importância dos protocolos ou a forma como foram pensados. Eu diria por exemplo, que consultando o orçamento posso dar três exemplos. Um deles são os contratos de avença no valor de 258.000 euros, outro são os contratos de estudos, pareceres, projetos e consultadoria no valor de 210.000 euros e por fim – outros trabalhos especializados no valor de 2.595.350 euros. Era preciso procurar mais para vermos onde poderíamos poupar esta receita?”

CARLOS CARVALHO – PSD

No uso da palavra disse: “Percebi, pela leitura que fiz da declaração de voto do PS, relativa ao orçamento municipal, que tinham feito uma daquelas leituras pela rama. Decidi analisar com rigor o orçamento porque percebi que os senhores Vereadores do PS na declaração de voto falaram naquela parte dos outros. Se forem analisar o orçamento e analisarem aquilo que são o objecto e a descrição e tivessem visto a coluna – outros - e depois na parte das GOPs é possível identificar a que cada um corresponde. Estão lá 39 rubricas que esclarecem a questão dos outros. Portanto, aquilo que eu posso aconselhar a quem está aqui a votar com responsabilidade é que olhem para os documentos. Se quiserem, de livre vontade posso ceder o quadro Excel que elaborei para que possam verificar depois no orçamento onde é que isso está e se valor de que falam, os dois milhões estão claros porque afinal o que é preciso é olhar para os documentos.

A segunda parte e para nós percebermos que quando falamos deste tipo de benefício de devolvermos ao contribuinte imposto que deixamos de arrecadar, vamos todos os Google e à página do jornal Económico e podemos ler que “*quase 50% das famílias portuguesas não paga IRS*”. Portanto, o que nós estamos a dizer é que nós, município queremos libertar verba para as outras 50 famílias que pagam IRS. Mas quem são as 50% de famílias que não pagam IRS? São as que mais necessitam e nestas que nos devemos concentrar em primeiro lugar. Nem parece muitas vezes que isto venha da bancada que vem, mas é verdade que é assim. Mas se é verdade que a classe média está sufocada de impostos, não é na parte dos municípios que se devem concentrar. Façam-no a montante. Façam-no no estado central. Aquilo que estão aqui a dizer para o município fazer, defendam-no lá em baixo na Assembleia da República. Vão lá dizer para baixar os impostos e os escalões de IRS. Isto não é redondo nem

música. Música é vir para aqui a contradizer que quando nós temos 50% das famílias portuguesas que não pagam IRS, vem cá de uma forma elaborada dizer que são estas as que precisam, as que pagam IRS. Não são estas. E depois se formos analisar ao pormenor e fazer a conta para percebermos do quanto deste montante é devolvido ao contribuinte e quanto cabe a cada família, vamos perceber que não é assim tanto. Há outros sítios onde o podemos fazer e há outros sítios onde podemos beneficiar as famílias, mas não é neste. Por isso é que nós concordamos com aquilo que foi proposto nesta autarquia. Agora, se houvesse muita folga orçamental em todo o lado até poderíamos aceitar baixar os impostos todos. Mas não há. E se queremos que o município cumpra e faça coisas temos de ter noção que precisamos ir a algum lado arrecadar receitas”.

ERCÍLIA COSTA – PS

No uso da palavra disse: “Posso não ter sido suficientemente clara, mas não está em análise nem em discussão os municípios que não pagam IRS. Se estivesse teríamos aqui outro debate. O que está em discussão é se efetivamente a Câmara quer ou não deixar de arrecadar 1% dessa receita a que tem direito e se quer ou não olhar para a despesa que tem e encontrar onde eliminá-la, coisa que não é difícil. Duzentos e cinquenta e oito mil euros de avenças, não é uma despesa que se podia reduzir? Em política, como na vida é preciso fazer opções. A política é uma gestão de opções. Se vocês optam por não atender as pessoas e elas não são o centro da vossa atividade política, compreendo perfeitamente. Agora, se falarmos em pessoas, sejam elas ou não da classe média e se as pessoas podem ter esse benefício porque não tê-lo. Há municípios que não recebem nada. Devem estar afundados porque assim não tem onde ir buscar receita. Dei-lhe o exemplo das avenças, dos projetos, dos pareceres, etc. Tudo isto são questões de opções políticas e a opção política é que deve estar no centro da discussão. Não é quem paga ou deixa de pagar IRS. Não tem nada a ver com isso”.

CARLOS CARVALHO – PSD

No uso da palavra disse: “A questão tem a ver com as pessoas que não pagam IRS. O que se está aqui a defender hoje, é que o município deixe de arrecadar daqueles que mais pagam e o município passa a ter, para poder fazer outras coisas em vez de se arrecadar para beneficiar aqueles que mais precisam. O que se está aqui a defender é isso. A senhora deputada está a dizer para beneficiar quem mais paga, aliás é isso que o PS está a defender. Falou nas avenças, nos projetos, etc. Vamos ver se percebemos. Amarante está a fazer obra que nunca fez. Está a procurar e a conseguir executar quadros comunitários e a fazer obra que Amarante há muito precisava. Vocês acham que isso se consegue fazer sem apoio externo? É essencial termos esses apoios externos para conseguirmos ter os projetos e os dossiers para submetermos e ter a aprovação para a seguir podermos fazer. Vocês já mostraram há muitos anos que não sabem como fazer. O vosso problema é que nós estamos a fazer. Volto a dizer que 50% das famílias em Portugal não paga IRS. O que o PS aqui está a propor é que se deve beneficiar quem paga IRS e quem mais ganha. É isso que estão a dizer. É sobre essas pessoas que estão a centrar a vossa política. É esses que vocês querem benefi-

ciar. Pois o município prefere recolher e fazer o que é preciso. Tem-no mostrado, porque está obra na rua”.

TORCATO FERREIRA – PS

No uso da palavra disse: “Eu gostaria de fazer aqui uma declaração de interesses – eu sou um dos multimilionários que paga IRS. Como sou um desses, sinto-me um privilegiado neste país rico em que se permite que metade da população não pague. Perante as intervenções que aqui foram produzidas achei por bem dizer que também é com estes apoios que se fixam populações nos territórios. É apoiando as famílias que se fixam pessoas nos territórios. Quando há instantes se dizia que Amarante está a fazer um bom trabalho, criando emprego para fixar pessoas e ainda estamos a ver no que que é que isso se vai traduzir, o que é certo é que vamos acabar por perceber que não basta só haver emprego. É preciso haver mais e melhor emprego com melhores salários para que as pessoas possam ter vidas condignas nos territórios onde vivem, onde possam ter acesso a habitação com preços mais acessíveis, onde possam ter escolas de qualidade, onde possa ter creches e infantários a preços acessíveis e aí sim, o município tem responsabilidades muitas acrescidas para que as pessoas se fixem. Mas para isso é preciso terem mais dinheiro no bolso. Esta, para além de todas as outras, é mais uma política para que o território seja mais atrativo e possa ter um aumento da população”.

CARLOS CARVALHO – PSD

No uso da palavra disse: “Da última parte da intervenção do meu antecessor até gostei, nomeadamente no que diz respeito ao construir escolas, da atratividade, da criação do emprego que paguem melhores salários. Estamos alinhados, porque é isso que o município tem estado a fazer. Reformulou escolas, atraiu empresas tecnologicamente desenvolvidas que à partida vão conseguir pagar melhores salários. Vamos ter cá gente a receber melhor e a poder cá viver com mais dignidade. Os tais que não pagam IRS não são beneficiados por esta medida. Esses é que precisam de ser beneficiados. Se fizermos as contas, a fatia que representa os 1%, representam mais ou menos cerca de 280.000 euros, distribuídos por todas as pessoas singulares que pagam IRS. É isso que vai fazer diferença? Acham que as pessoas vêm morar para Amarante se lhes devolvermos 2% mas não tiveram todo o resto que estamos a fazer? Acham que as pessoas querem vir para Amarante se não tivermos parques ribeirinhos para as pessoas estarem, se não tivermos zonas industriais para as pessoas se instalarem? Preferem ter menos 2% de IRS e não ter nada disto? Eu não acredito nisso e por isso mais uma vez reafirmo o nosso voto favorável, porque esta é uma medida que não ajuda os que mais precisam, mas s vai servir só para beneficiar aqueles que pagam IRS e eu também sou dos que pago o meu IRS em Amarante”.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação deste ponto da ordem de trabalhos, que obteve o seguinte resultado: **Votos contra: 21, Abstenções: 0 (zero), Votos a favor: 28.**

Foi ainda aprovado em minuta, para poder produzir efeitos imediatos. Dessa votação resultou a aprovação por **UNANIMIDADE.**

PONTO Nº 10 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE TERRENOS – ABOADELA – INTENÇÃO DE INVESTIMENTOS

Relativamente a este ponto, inscreveram-se para usar da palavra os senhores :
ERCÍLIA COSTA, do **PS** que no uso da palavra disse que a bancada do seu partido ia votar favoravelmente a proposta agora em discussão.

Usou de seguida a palavra o senhor deputado **CARLOS CARVALHO** do **PSD**, que disse que esta proposta traduz mais um exemplo daquilo que tem sido a política do município disponibilizando espaços que possam acolher as empresas, a atratividade de negócio, geração de empregos, possivelmente e bons salários e ajudar Amarante a reter pessoas”.

Não havendo mais inscritos, a proposta foi de imediato posta à votação tendo sido aprovada por **UNANIMIDADE**. Estavam presentes na sala 50 deputados. Foi ainda aprovado em minuta, para poder produzir efeitos imediatos. Dessa votação resultou a aprovação por **UNANIMIDADE**.

PONTO Nº 11 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE APROVAÇÃO DO PROJETO DO CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE AMARANTE

Como ninguém se inscreveu para usar da palavra, passou-se de imediato à votação deste ponto da ordem de trabalhos, que obteve o seguinte resultado: **Votos contra: 0(zero), Abstencções: 21 (zero), Votos a favor: 28.**

Foi ainda aprovado em minuta, para poder produzir efeitos imediatos. Dessa votação resultou a aprovação por **UNANIMIDADE**.

PONTO Nº 12 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE IMI – FIXAÇÃO DA TAXA PARA O ANO 2021

Relativamente a este ponto apenas se inscreveu para usar da palavra a senhora deputada do **PS**, **ERCÍLIA COSTA**, que no uso da palavra disse que a sua bancada votará favoravelmente a proposta agora em análise.

Não havendo mais inscritos, a proposta foi de imediato posta à votação e obteve o seguinte resultado: **Votos contra: 0(zero), Abstencções: 0(zero), Votos a favor: 49.**

Foi ainda aprovado em minuta, para poder produzir efeitos imediatos. Dessa votação resultou a aprovação por **UNANIMIDADE**.

PONTO Nº 13 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DERRAMA – FIXAÇÃO DA TAXA PARA O ANO 2021

Relativamente a este ponto, inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

ERCÍLIA COSTA – PS

No uso da palavra disse: “A bancada do **PS** irá votar contra esta proposta porque à semelhança daquilo que falamos há pouco do **IRS** que podia devolver algum dinheiro a quem paga impostos. O **IRC** é um imposto que já acresce à derrama que é pago pelas empresas do concelho. Sabemos que não são muitas e todos também sa-

bemos que vamos ter novamente dias difíceis e há um sufoco das empresas e ficam em risco postos de trabalho e isto seria um incentivo para as empresas que há, são poucas e para o nosso tecido empresarial. Podia também ser um factor de atratividade e como sabem o PS nunca quis esse imposto e como estamos preocupados, com o bem estar e a boa saúde financeira das nossas empresas, nomeadamente com os postos de trabalho e aquilo que nos preocupa é que eles sejam mantidos neste momento difícil que atravessamos, como tal, achamos que este imposto não faz sentido”.

CARLOS CARVALHO – PSD

No uso da palavra disse: “Nós votaremos favoravelmente, sendo certo que não vou procurar novamente entrar numa discussão, como a do IRS. Vale a pena pensarmos e podemos fazer essa comparação em Amarante com o que tem vindo a ser feito com a receita arrecadada da derrama desde que foi implementada. Foram feitos investimentos em parques e em zonas de acolhimento empresarial, embora o que se arrecada não chegue, mas ajuda. O que é que Amarante tem conseguido desde aí? Tem conseguido atrair empresas e façam todos a comparação de quantas empresas e da qualidade das empresas que temos vindo a atrair para Amarante desde que há derrama em Amarante e do que nós conseguíamos atrair quando a derrama era zero. Ainda estão para me apresentar o empresário que vai definir que é a derrama o fator essencial para ele decidir se se vai instalar no concelho A ou no concelho B. Também sou empresário e também pago derrama onde estou. Sei de muitos empresários que pagam derrama onde estão. Há outras coisas muito mais importantes do que a derrama. Aquilo que Amarante está a fazer com a derrama é oferecer essas condições para que as empresas venham para cá. A lengalenga de que isto vai afugentar empresas é treta. Nós com isto, temos um bom exemplo em Aboadela do que é a atratividade de empresas e a pagarem derrama quando tiverem as condições e estiverem implementadas e a dar o lucro para pagar. Portanto, senhor Presidente e caros colegas da Assembleia Municipal, já não há muitos argumentos para defender que o implementar a derrama não vai atrair empresas. O que Amarante tem mostrado é precisamente o contrário. Contra factos não há muitos argumentos ou nenhuns”.

Não havendo mais inscritos, a proposta foi de imediato posta à votação e obteve o seguinte resultado: **Votos contra: 22, Abstenções: 0(zero), Votos a favor: 28.**

Foi ainda aprovado em minuta, para poder produzir efeitos imediatos. Dessa votação resultou a aprovação por **UNANIMIDADE.**

Terminada a discussão e análise deste ponto da ordem de trabalhos, e conforme tinha sido anteriormente acordado por todos os presentes, passou-se de imediato para a discussão do ponto número 21, que fazia parte do Edital/Aditamento da ordem de trabalhos para esta reunião da Assembleia Municipal.

PONTO Nº 14(21) - RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL – REQUERENTE: HÉLDER HENRIQUE RODRIGO MATOS – LOCAL: RUA DA CARDENHA, FREGUESIA DE SALVADOR DO MONTE

Relativamente a este ponto ninguém usou da palavra e sendo assim a proposta foi de imediato posta à votação tendo sido aprovado por **UNANIMIDADE.** Estavam

presentes na sala 48 deputados. Foi ainda aprovado em minuta, para poder produzir efeitos imediatos. Dessa votação resultou a aprovação por **UNANIMIDADE**.

PONTO Nº 15(22) - RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL – REQUERENTE: SOCIEDADE DO GOLFE DE AMARANTE, S.A - LOCAL: DEVESA, FREGUESIA DE FREGIM

Relativamente a este ponto ninguém usou da palavra e sendo assim a proposta foi de imediato posta à votação tendo sido aprovada por **UNANIMIDADE**. Estavam presentes na sala 48 deputados. Foi ainda aprovada em minuta, para poder produzir efeitos imediatos. Dessa votação resultou a aprovação por **UNANIMIDADE**.

PONTO Nº 16(23) - RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL – REQUERENTE: ODE SERRANA EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, LDA. – LOCAL: LARGO DO MOSTEIRO, FREGUESIA DE TRAVANCA

Relativamente a este ponto ninguém usou da palavra e sendo assim a proposta foi de imediato posta à votação tendo sido aprovada por **UNANIMIDADE**. Estavam presentes na sala 50 deputados. Foi ainda aprovada em minuta, para poder produzir efeitos imediatos. Dessa votação resultou a aprovação por **UNANIMIDADE**.

PONTO Nº 17(24) - ADESÃO À ASSOCIAÇÃO AQUAVALOR – CENTRO DE VALORIZAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA ÁGUA

Relativamente a este ponto usou da palavra o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA que no uso da palavra disse: “Este é o último ponto no qual eu poderei intervir porque depois virão os pontos destinados às eleições que constam da ordem de trabalhos. Atendendo a que estamos na época natalícia, eu não poderia deixar de desejar a todos um Santo Natal e que 2022 nos possa dar uma janela de oportunidades para que possamos ter outra liberdade que nestes dois últimos anos nos foi de certo modo impedida, mas eu quero acreditar que teremos um futuro auspicioso e que as questões da saúde nos vão dar tréguas para que possamos conviver de novo. Portanto, um bom Natal a todos e um ótimo ano de 2022”.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, a proposta foi de imediato posta à votação tendo sido aprovado por **UNANIMIDADE**. Estavam presentes na sala 50 deputados. Foi ainda aprovado em minuta, para poder produzir efeitos imediatos. Dessa votação resultou a aprovação por **UNANIMIDADE**.

Dando continuidade aos trabalhos o senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que íamos agora entrar nos pontos números 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20, sendo que no ponto número 20 a eleição é feita apenas pelos elementos que foram eleitos diretamente, isto é, os senhores Presidentes de Junta não votam neste ponto.

Vamos então votar o **ponto número 14 - Eleição de um representante da Assembleia Municipal para a Comissão Concelhia de Saúde, nos termos do artigo 11º, alínea d) do Decreto-lei 11/93 de 15 de janeiro**. Foi negociado e proposto que fosse eu Pedro Cunha, o representante da Assembleia Municipal na referida Comissão.

Nesta altura, usou da palavra a senhora deputada **ERCÍLIA COSTA** do **PS**, que disse: " Para não tornarmos este período da Assembleia demasiado penoso, a partir do momento que se faça a primeira votação, a Mesa deve apresentar as listas dos elementos para as restantes eleições que serão chamadas de lista A e se todos concordarem, os votos entrados na urna e o resultado apurado para o ponto 14, serão considerados para as restantes eleições, excepto a da CIM, para evitarmos este andar para lá e para cá na sala.

De seguida a senhora **VEREADORA DRA. RITA BATISTA**, pediu a palavra para prestar um esclarecimento ainda relativamente ainda ao ponto nº 23 - **RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL – REQUERENTE: ODE SERRANA EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, LDA. – LOCAL: LARGO DO MOSTEIRO, FREGUESIA DE TRAVANCA**, dizendo que este documento é para instruir um pedido na RAN e para que depois não haja divergência nem dúvidas na análise dos valores, quando na informação técnica, se lê quarenta e nove quartos deve ler-se cinquenta e cinco quartos.

O senhor Presidente da Mesa deu então a conhecer todos os elementos propostos para as restantes eleições que a seguir se transcrevem.

Assim, para o ponto número 15 - **Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal – artigo 157º, nº 2 alínea e) do Dec. Lei 202/2004 de 18 de agosto**, os líderes parlamentares dos Grupos Municipais do PSD, do PS do CDS/PP, e o Independente António Brandão, propõem que o Presidente de Junta de Freguesia para a Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal a eleger para o mandato 2021/2025, seja o senhor: **ANTÓNIO JORGE BARBOSA TORRES** Presidente da Junta de Freguesia de LOUREDO.

Para o ponto número 16 - **Eleição de 3 membros da Assembleia Municipal para a Comissão de Atribuição de Medalhas**, os líderes parlamentares dos Grupos Municipais do PSD, do PS, do CDS/PP, e o Independente António Brandão propõem que sejam eleitos para a Comissão de Atribuição de Medalhas para o quadriénio 2021/2025 os senhores: **CARLOS MARQUES DA SILVA MACEDO, ALEXANDRA GABRIELA DE ALMEIDA BENTO PINTO E MARTA INÊS RIBEIRO DA COSTA MARI-NHO**.

Para o ponto número 17 - **Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação em representação das freguesias do concelho, nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 5º do Decreto – lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, alterado pela lei nº 41/2003 de 22 de agosto, pela lei 6/2012 de 10 de fevereiro e pelo D.L. 72/2015 de 11 de maio e ainda nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 26º da lei 75/2013, de 12 de setembro**, os líderes parlamentares dos Grupos Municipais do PSD, do PS, do CDS/PP e o Independente António Brandão, propõem que o representante da Assembleia Municipal para a integrar o Conselho Municipal de Educação em representação das freguesias do concelho, a eleger para o mandato 2021/2025, seja o senhor: **Presidente de Junta de Freguesia de Salvador do Monte, PEDRO DAVIDE LEITE FERNANDES**.

Para o ponto número 18 - **Eleição de até dois Presidentes de Junta de Freguesia para integrarem a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Ru-**

rais (CMGIFR) de Amarante, para o quadriénio 2021-2025, – de acordo com a alínea b) do nº 3. do artigo 29º, do Decreto-Lei nº 81/2021, de 13 de Outubro, os líderes parlamentares dos Grupos Municipais do PSD, do PS, do CDS/PP e o Independente António Brandão, propõem para integrar a Eleição de até dois Presidentes de Junta de Freguesia para integrarem a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais (CMGIFR) de Amarante, para o quadriénio 2021-2025, – de acordo com a alínea b) do nº 3. do artigo 29º, do Decreto-Lei nº 81/2021, de 13 de Outubro os senhores: DANIEL ANTÓNIO TEIXEIRA PINHEIRO Presidente da Junta da FIGUEIRÓ/STA. CRISTINA, e o senhor ANTÓNIO FONSECA BRANDÃO, Presidente da Junta de Freguesia de Ansiães

Para o ponto número 19 - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e o seu suplente para a participação nos congressos da Associação Nacional de Municípios Portugueses, os líderes parlamentares dos Grupos Municipais do PSD, do PS, do CDS/PP e o Independente António Brandão, propõem para a participação nos congressos da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), os senhores: DANIELA DA CONCEIÇÃO TEIXEIRA RIBEIRO, Presidente da Junta de Freguesia de JAZENTE, como membro efetivo e o Presidente da Junta de Freguesia de GONDAR, senhor HUGO TEIXEIRA VAZ, como membro suplente.

Para o ponto número 20 - Designação de um membro de cada partido ou grupo de cidadãos representados na Assembleia Municipal, para integrar o Conselho Municipal da Juventude – artigo 4º da Lei 8/2009 de 18/02 alterada e republicada pela Lei 6/2012 de 10 de dezembro, a Assembleia Municipal de Amarante, reunida em sessão ordinária de Dezembro de 2021, DESIGNOU, para integrar no mandato 2021/2025, o Conselho Municipal da Juventude os(as) senhores(as): ANA MARGARIDA FERNANDES CARVALHO, CARLOS ALBERTO FREITAS MIRANDA, FRANCISCA OLIVEIRA TEIXEIRA ALVES DOS SANTOS E ANTONIO FONSECA BRANDÃO.

. Como toda a Assembleia tinha concordado com a proposta anteriormente apresentada pela Dra. Ercília Costa, passou-se então à eleição do ponto número 14, cujo resultado seria válido para os restantes atos eleitorais. Feita a chamada, realizada a votação e contados os votos, apurou-se que a denominada lista A, respeitante ao ponto número 14 bem como as restantes, foram eleitas com 48 votos a favor. Apurou-se um voto branco. Votaram 49 deputados.

Depois de realizada esta eleição e tendo em conta o previamente acordado, a Assembleia Municipal de Amarante, reunida em sessão ordinária de 22 de dezembro de 2021, ELEGEU, para exercer o mandato 2017/2021, na Comissão Concelhia de Saúde o senhor: PEDRO LEONEL DIAS MARQUES DA CUNHA, com 48 votos a favor e um voto em branco.

Serve então este resultado para se poder transcrever que para o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal para o quadriénio 2021-2025, foi eleito , para o senhor: ANTÓNIO JORGE BARBOSA TORRES, Presidente da Junta de Freguesia de LOUREDO.

Ficou também eleita a Comissão de Atribuição de Medalhas para exercer o mandato 2021/2025, composta pelos senhores: CARLOS MARQUES DA SILVA MACEDO,

ALEXANDRA GABRIELA DE ALMEIDA BENTO PINTO E MARTA INÊS RIBEIRO DA COSTA MARINHO.

Para integrar o Conselho Municipal de Educação em representação das freguesias do concelho no mandato 2021-2025 foi eleito o senhor Presidente da Junta de Freguesia do Salvador – PEDRO DAVIDE LEITE FERNANDES.

Para integrar a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais (CMGIFR) de Amarante, para o quadriénio 2021-2025, ficaram eleitos os senhores: DANIEL ANTÓNIO TEIXEIRA PINHEIRO, Presidente da Junta da União de Freguesia de Figueiró, (Santiago e Santa Cristina), AMÉRICO PAULO DA SILVA RIBEIRO, Presidente da Junta da União de Freguesias de Amarante (S. Gonçalo), Madalena Gatão e Cepelos, ANTÓNIO FONSECA BRANDÃO, Presidente da Junta de Freguesia de Ansiães.

Foram eleitos para representar o município de Amarante nos congressos da Associação Nacional de Municípios Portugueses os senhores: DANIELA DA CONCEIÇÃO TEIXEIRA RIBEIRO Presidente da Junta Freguesia de JAZENTE, como membro efetivo e HUGO TEIXEIRA VAZ, Presidente da Junta de Freguesia de GONDAR como membro suplente.

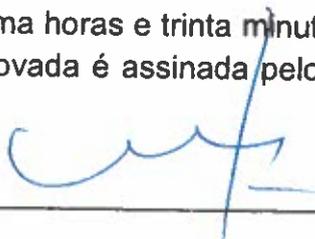
Foram eleitos para integrar o Conselho Municipal da Juventude os senhores: ANA MARGARIDA FERNANDES CARVALHO, CARLOS ALBERTO FREITAS MIRANDA, FRANCISCA OLIVEIRA TEIXEIRA ALVES DOS SANTOS E ANTONIO FONSECA BRANDÃO.

Terminado este procedimento, passou-se para a eleição dos seis elementos representantes da Assembleia Municipal de Amarante para exercer o mandato 2021/2025, na Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa.

Os elementos eleitos, que constituíram a lista A foram os senhores: EUGÉNIA MARGARIDA PINTO SOARES VIEIRA, ESTEFÂNIO CIRILO SOUSA PINTO, CARLOS ALBERTO FREITAS MIRANDA, CÂNDIDO ZOIO, RUI PEDRO BARREIRA MORAIS e NUNO MIGUEL OLIVEIRA. SOUSA QUEIRÓS, que tem como membros suplentes os senhores: HUGO JORGE CARVALHO PEIXOTO e SARA MOREIRA MACHADO foram eleitos com 26 votos a favor.

Como não havia mais nenhum assunto a tratar, o senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos quando eram vinte e uma horas e trinta minutos. Da presente reunião foi lavrada esta ata que depois de aprovada é assinada pelo senhor Presidente da Mesa e pelos seus Secretários

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA



O PRIMEIRO SECRETÁRIO



O SEGUNDO SECRETÁRIO

